



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024





São Paulo, 24 de fevereiro de 2025 – A Hidroviás do Brasil S.A. [B3: HBSA3], empresa de soluções logísticas com foco no modal hidroviário, listada no segmento do Novo Mercado da B3, anuncia hoje o resultado do ano consolidado de 2024. O resultado apresentado neste relatório segue as regras contábeis brasileiras e internacionais (IFRS) e as comparações aqui realizadas levam em consideração o ano consolidado de 2023, exceto quando indicado de outra forma.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Hidroviás do Brasil S.A.

Resultado consolidado 2024

Destaques 2024

- Restrições de calado no Corredor Sul, principalmente na rota de minério de ferro, que operou em plano de águas baixas durante a maior parte do ano.
- Crescimento de EBITDA no Norte em 2024 refletindo o ajuste positivo de tarifas, mesmo frente às severas restrições operacionais de navegação dada a crise hídrica no segundo semestre.
- Recebimento do AFAC da Ultrapar Logística no valor de R\$500 milhões no 4T24.

Resultado Consolidado	2024	2023	Var. %
Volume (kt)	15.888	18.189	-13%
Volume (Corredor Sul)	3.992	5.916	-33%
Volume (Corredor Norte)	6.627	7.425	-11%
Volume (Navegação Costeira)	3.556	3.395	5%
Volume (Santos)	1.713	1.452	18%
Receita Operacional Líquida¹ (R\$ milhões)	1.749	1.926	-9%
Receita Operacional Líquida (Corredor Sul)	519	825	-37%
Receita Operacional Líquida (Corredor Norte)	847	751	13%
Receita Operacional Líquida (Navegação Costeira)	246	228	8%
Receita Operacional Líquida (Santos)	137	122	12%
EBITDA Ajustado + JVs² (R\$ milhões)	608	780	-22%
EBITDA Ajustado (Corredor Sul + JV's)	72	360	-80%
EBITDA Ajustado (Corredor Norte)	488	388	26%
EBITDA Ajustado (Navegação Costeira)	116	91	28%
EBITDA Ajustado (Santos)	62	61	1%
EBITDA Ajustado (Corporativo)	(130)	(120)	8%
CAPEX (R\$ milhões)	361	320	13%
Alavancagem	6,6x	4,2x	2,3x

¹Receita Operacional Líquida exclui o efeito hedge accounting e Intercompany entre subsidiárias da Companhia. ²EBITDA Ajustado + JVs é ajustado por hedge accounting, equivalência patrimonial, itens não-recorrentes ou não caixa e inclui o EBITDA obtido com a participação da Companhia nas JV's: Limday, TGM e Baden.



Mensagem da Administração

O ano de 2024 foi desafiador para a Hidrovias do Brasil, impactado por condições climáticas adversas que afetaram nossas principais rotas de navegação. De maneira inusitada, enfrentamos simultaneamente as secas historicamente mais severas nos corredores Norte e Sul, cenário raro que resultou em fortes restrições operacionais e exigiu adaptações.

Esses fatores refletiram em uma movimentação total de **16 milhões de toneladas**, uma redução de **13%** em relação a 2023, com Receita Operacional Líquida de **R\$1,7 bilhão**, queda de **9%**.

Diante desse cenário, passamos a intensificar nossos esforços para capturar **eficiências operacionais e financeiras**, reforçando a disciplina na alocação de recursos e buscando soluções estruturais que garantam a **sustentabilidade do nosso modelo de negócios**. Uma empresa com resultados saudáveis é condição precedente para sua sustentabilidade no longo prazo, e por isso seguimos focados na otimização da nossa operação e na adoção de medidas que aumentem a resiliência do transporte hidroviário frente a desafios climáticos. **A dragagem e a derrocagem serão iniciativas fundamentais dentro dessa estratégia, essenciais para assegurar a navegabilidade** e mitigação dos impactos das variações hidrológicas, garantindo assim maior previsibilidade e eficiência operacional.

Ao mesmo tempo, **2024 foi um ano de transformação para a Hidrovias do Brasil**. Iniciamos um novo ciclo estratégico com a entrada da **Ultrapar como acionista de referência**, um movimento que fortalece nossa empresa e impulsiona nosso potencial de crescimento. A chegada de um acionista estratégico desse porte, com larga experiência operacional, reflete a confiança no nosso modelo de negócios e abre novas perspectivas para a expansão e consolidação da Companhia nos próximos anos.

Encerramos o ano com um **EBITDA Ajustado + JV's de R\$608 milhões**, com margem de **35%**, impactada pelos custos adicionais necessários para garantir condição mínima de continuidade das operações em um ambiente desafiador. Se por um lado os resultados de 2024 refletem os impactos das condições climáticas que enfrentamos, por outro lado também demonstra a resiliência do modelo de negócios em situações tão adversas.

Seguimos confiantes no futuro e preparados para capturar novas oportunidades, reforçando nossa posição como referência de eficiência nos corredores logísticos onde atuamos. Com um olhar estratégico e sustentável, avançamos para um novo ciclo de crescimento e agregação de valor.

Fabio Schettino

Diretor-Presidente da Hidrovias do Brasil



Resultado Consolidado

Resultado Consolidado (R\$ milhões)	2024	2023	Var. %
Receita Líquida	1.352	1.924	-30%
Receita Operacional Líquida ¹	1.749	1.926	-9%
Hedge Accounting ²	(396)	(1)	>100%
Custos Operacionais	(975)	(952)	2%
(Despesas) Receitas Operacionais	(256)	(248)	3%
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros	(79)	8	-
Equivalência Patrimonial ³	8	6	46%
EBITDA	50	738	-93%
Margem EBITDA %	3%	38%	-35 p.p.
EBITDA Ajustado + JVs⁴	608	780	-22%
Margem EBITDA Ajustada %	35%	41%	-6 p.p.
Depreciação e Amortização	(419)	(347)	20%
EBIT	(369)	390	-
Resultado Financeiro	(193)	(321)	-40%
Lucro Líquido antes do IR	(562)	70	-
IR e CSLL	(59)	(52)	14%
Lucro (Prejuízo) Líquido⁵	(622)	18	-

¹Receita Operacional Líquida exclui o efeito hedge accounting e Intercompany entre subsidiárias da Companhia. ²Hedge Accounting: a moeda funcional da Companhia é o Real, contudo os contratos do Corredor Sul e da Navegação Costeira são denominados em dólar norte-americano. Dessa forma, o hedge accounting foi aplicado para mitigar essa exposição a outra moeda, sendo que a dívida existente em dólar norte-americano realiza a proteção dos contratos de longo-prazo em moeda estrangeira. Essa movimentação não tem impacto no caixa. ³Equivalência patrimonial está líquido de eliminação. ⁴EBITDA ajustado + EBITDA das JVs é ajustado por hedge accounting, equivalência patrimonial, itens não-recorrentes ou não caixa e inclui o EBITDA obtido com a participação da Companhia nas JVs: Limday, TGM e Baden. ⁵inclui efeito do impairment do HB Potiguar

Receita Operacional Líquida¹: No ano completo de 2024 a ROL foi de **R\$1.749 milhões** (-9% vs. 2023), impactada principalmente pelas restrições de calado no Sul, parcialmente compensada pelas maiores tarifas no Norte e o aumento de volume na Navegação Costeira e em Santos.

EBITDA Ajustado + JVs: No ano, somou **R\$608 milhões** (-22% vs. 2023) com impacto das restrições de calado no Corredor Sul, parcialmente compensadas pelo maior EBITDA nos demais corredores logísticos.

Depreciação e amortização: R\$419 milhões em 2024 (+20% vs. 2023), com variação resultante da maior base de ativos, bem como reflexo da operação ferroviária em Santos e aquisição de boias no Norte.

Resultado Financeiro: despesas líquidas de **R\$193 milhões** no ano de 2024 (-40% vs. 2023), com impacto negativo da variação cambial sobre a dívida dolarizada e demais efeitos em linhas de balanço, compensado parcialmente pelo efeito positivo na receita de aplicação financeira e da marcação a mercado do swap USD/CDI+ para proteção de fluxo de caixa.

Lucro (Prejuízo) Líquido⁵: prejuízo de **R\$622 milhões** em 2024 (vs. lucro de R\$18 milhões em 2023), com reconhecimento do efeito líquido não-caixa da apreciação do dólar sobre os passivos vinculados à moeda americana no valor de R\$396 milhões em 2024, a piora dos resultados operacionais por conta da crise hídrica, além de efeitos não-recorrentes, como o *impairment* do HB Potiguar, embarcação previamente prevista para utilização na operação de Sal no Rio Grande do Norte, de aprox. R\$90 milhões, a caução paga a CDP no Corredor Norte de aprox. R\$17 milhões e aprox. R\$13 milhões referentes a doação do investimento realizado para desenvolvimento da expedição ferroviária em Santos.



Resultado por Corredor Logístico: Sul

Volume (kt) Corredor Sul	2024	2023	Var. %
Minério de Ferro	1.529	3.395	-55%
Grãos	1.003	1.052	-5%
Fertilizantes	236	258	-8%
Total antes das JV's	2.768	4.705	-41%
Participação nas JV's ¹	1.225	1.211	1%
Total	3.992	5.916	-33%

¹Participação nas JV's: volume proporcional à participação da Companhia em TGM, Limday e Baden, cujo resultado é contabilizado por meio de equivalência patrimonial.

No ano, movimentamos **3.992 mil** toneladas de cargas (-33% vs. 2023), devido ao baixo calado na Hidrovia Paraná-Paraguai, resultando em fortes restrições operacionais de navegação, principalmente na rota de minério de ferro, uma vez que a movimentação de grãos é feita no tramo sul da Hidrovia Paraná-Paraguai, onde as restrições de navegação foram menores.

Corredor Sul (R\$ milhões)	2024	2023	Var. %
Receita Líquida¹	145	841	-83%
Receita Operacional Líquida ¹	519	825	-37%
Hedge Accounting ²	(373)	17	-
Custos Operacionais	(430)	(439)	-2%
Despesas (Receitas) Operacionais	(63)	(59)	7%
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros	(82)	9	-
Equivalência Patrimonial	4	10	-59%
EBITDA	(426)	362	-
Margem EBITDA %	-	44%	-
Hedge Accounting ²	373	(17)	-
Equivalência Patrimonial	(4)	(10)	-59%
Não Recorrentes ³	90	(0)	-
EBITDA Ajustado	34	336	-90%
Margem EBITDA Ajustada %	7%	41%	-34 p.p.
Resultado JV's	38	25	55%
EBITDA Ajustado + JV's	72	360	-80%
Margem EBITDA Ajustada + JV's %	14%	44%	-30 p.p.

¹Receita Líquida exclui efeito "Intercompany" para melhor compreensão do resultado. ²Hedge Accounting: a moeda funcional da Companhia é o Real, contudo os contratos do Corredor Sul são denominados em dólar norte-americano e, por esse motivo, o hedge accounting foi aplicado para mitigar essa exposição a outra moeda, sendo que a dívida existente em dólar norte-americano realiza a proteção de parte dos contratos de longo-prazo em moeda estrangeira. Essa movimentação não tem impacto caixa. ³Não Recorrentes estão apresentados em documento anexo a este relatório.

Receita Operacional Líquida ex-hedge accounting: R\$519 milhões em 2024 (-37% vs. 2023) refletindo o menor volume transportado, impactado pelas restrições de navegação ao longo do ano, além da piora no mix de cargas: a participação no volume transportado do minério de ferro, que possui tarifas maiores, caiu para 38% em 2024 (vs. 57% em 2023).

Custos Operacionais: R\$430 milhões em 2024 (-2% vs. 2023) refletindo, por um lado, a redução de custos variáveis, como combustíveis, devido à menor movimentação no período, e, por outro, o aumento nos custos de manutenção de embarcações, concentrados em 2024 após um volume menor de manutenções em 2023. Em 2025, espera-se a normalização desse ciclo de manutenção.

Despesas Operacionais: no ano consolidado de 2024 totalizaram **R\$63 milhões** (+7% vs. 2023), devido à maiores despesas com impostos, parcialmente mitigados pelo efeito em 2023 das despesas relacionadas à transferência de dois empurradores do corredor Norte para o corredor Sul.

EBITDA Ajustado + EBITDA das JV's: R\$72 milhões em 2024 (-80% vs. 2023), com margem EBITDA Ajustada de 14% ano (-30 p.p. vs. 2023). A queda reflete a menor diluição de custos fixos diante da redução no volume transportado e o efeito do aumento pontual de despesas operacionais e manutenção em 2024. Além disso, o impacto do pedágio da Argentina e a alteração no mix de cargas contribuíram para a pressão sobre a margem no período.



Resultado por Corredor Logístico: Norte

Volume (kt) Corredor Norte	2024	2023	Var. %
Grãos "Sistema Integrado"	4.881	5.383	-9%
Grãos "Rodoviário direto" ¹	1.243	1.633	-24%
Fertilizantes	503	410	23%
Total	6.627	7.425	-11%

¹Grãos "Rodoviário direto" consiste no volume de grãos que chega diretamente no "TUP" de Barcarena e é apresentado de maneira isolada por não fazer parte do sistema integrado da Companhia, sendo originado na região do Pará.

No ano de 2024, movimentamos **6.627 mil toneladas** (-11% vs. 2023) impactados pela restrição severa de calado, mais intensa que no ano anterior, limitando a capacidade de navegação no período. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento no volume de fertilizantes transportados.

Corredor Norte (R\$ milhões)	2024	2023	Var. %
Receita Líquida¹	847	751	13%
Receita Operacional Líquida ¹	847	751	13%
Custos Operacionais	(336)	(309)	9%
Despesas (Receitas) Operacionais	(64)	(85)	-25%
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros	(11)	0	-
Equivalência Patrimonial	0	(0)	-
EBITDA	436	358	22%
Margem EBITDA %	51%	48%	4 p.p.
Equivalência Patrimonial	(0)	0	-
Não Recorrentes ²	52	30	71%
EBITDA Ajustado	488	388	26%
Margem EBITDA Ajustada %	58%	52%	6 p.p.

¹Receita Líquida exclui o efeito "Intercompany" para melhor compreensão do resultado. ²Não Recorrentes estão apresentados em documento anexo a este relatório.

Receita Operacional Líquida: totalizou **R\$847 milhões** no ano completo de 2024 (+13% vs. 2023), refletindo os reajustes tarifários em grãos e fertilizantes, que mais que compensaram a queda de volume ao longo do ano.

Custos Operacionais: em 2024, somaram **R\$336 milhões** (+9% vs. 2023), refletindo o reconhecimento da caução paga à CDP de aprox. R\$17 milhões no primeiro semestre – ajustado como "Não Recorrente", bem como o aumento das despesas com manutenção, custos de navegação e batimetrias.

Despesas Operacionais: **R\$64 milhões** em 2024 (-25% vs. 2023) refletindo efeito de provisão de processos judiciais em 2023.

EBITDA Ajustado: totalizando **R\$488 milhões** em 2024 (+26% vs. 2023) com margem de 58% (+6p.p vs. 2023). O crescimento no ano foi impulsionado pelo forte incremento de tarifas, que compensou a redução de volume. No entanto, as restrições severas de calado ao longo do segundo semestre tiveram um impacto significativo, limitando a capacidade de transporte e, conseqüentemente, a diluição de custos, restringindo ganhos operacionais adicionais.



Resultado por Corredor Logístico: Navegação Costeira

Volume (kt) Navegação Costeira	2024	2023	Var. %
Bauxita	3.556	3.395	5%
Total	3.556	3.395	5%

Transportamos **3.556 mil toneladas** em 2024 (+5% vs. 2023), em linha com o programado e contratado pelo cliente. O aumento reflete o efeito de uma viagem adicional em 2024, e que em 2023, operamos com um navio afretado de menor capacidade.

Navegação Costeira (R\$ milhões)	2024	2023	Var. %
Receita Líquida	223	210	7%
Receita Líquida Operacional	246	228	8%
<i>Hedge Accounting</i> ¹	(23)	(18)	29%
Custos Operacionais	(143)	(150)	-5%
Despesas (Receitas) Operacionais	(9)	(5)	78%
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros ²	15	4	>100%
EBITDA	87	58	50%
Margem EBITDA %	35%	25%	10 p.p.
<i>Hedge Accounting</i> ¹	23	18	29%
<i>Não Recorrentes</i> ³	6	15	-62%
EBITDA Ajustado	116	91	28%
Margem EBITDA Ajustada %	47%	40%	7 p.p.

¹Hedge Accounting: a moeda funcional da Companhia é o Real, contudo o contrato do Navegação Costeira é denominado em dólar norte-americano. Dessa forma, o hedge accounting foi aplicado para mitigar essa exposição a outra moeda, sendo que a dívida existente em dólar norte-americano realiza a proteção de parte do contrato de longo-prazo em moeda estrangeira. Essa movimentação não tem impacto de caixa; ²AFRMM, Créditos Fiscais e Outros em Navegação Costeira inclui o efeito positivo obtido com Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante; ³Não Recorrentes estão apresentados em documento anexo a este relatório.

Receita Operacional Líquida ex-hedge accounting: R\$246 milhões em 2024 (+8% vs. 2023), refletindo a renegociação de tarifas prevista em contrato, além do impacto positivo da variação cambial na conversão dos resultados, dado que se trata de um contrato dolarizado.

Custos Operacionais: R\$143 milhões (-5% vs. 2023), refletindo efeitos de maiores custos em 2023 da operação com uma embarcação arrendada, em substituição à embarcação própria durante o período de docagem.

Despesas Operacionais: R\$9 milhões em 2024 (+78% vs. 2023), refletindo o efeito em 2023 da reversão da provisão de perda de contas a receber relativo a 2021, no montante de aprox. R\$3 milhões.

EBITDA Ajustado: R\$116 milhões no ano completo de 2024 (+28% vs. 2023) e margem de 47% (+7 p.p vs. 2023). O desempenho reflete o efeito positivo da valorização do dólar sobre as receitas, aliado à normalização dos custos operacionais ao longo do ano.



Resultado por Corredor Logístico: Santos

Volume (kt) Santos	2024	2023	Var. %
Fertilizantes	1.459	1.452	0%
Sal	255	-	-
Total	1.713	1.452	18%

Movimentamos **1.713 mil toneladas** (+18% vs. 2023), refletindo principalmente o início da operação de sal.

Santos (R\$ milhões)	2024	2023	Var. %
Receita Líquida	137	122	12%
Receita Operacional Líquida	137	122	12%
Custos Operacionais	(66)	(53)	25%
Despesas (Receitas) Operacionais	(27)	(13)	>100%
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros	(1)	(0)	>100%
EBITDA	43	56	-24%
Margem EBITDA %	31%	46%	-15 p.p.
<i>Não Recorrentes</i> ¹	20	5	>100%
EBITDA Ajustado	62	61	1%
Margem EBITDA Ajustada %	45%	50%	-5 p.p.

¹Não Recorrentes estão apresentados em documento anexo a este relatório.

Receita Operacional Líquida: R\$137 milhões no ano de 2024 (+12% vs. 2023), refletindo o aumento de volume movimentado pelo início da operação de Sal no segundo semestre de 2024 – com tarifa média inferior à de fertilizantes.

Custos Operacionais: R\$66 milhões no ano de 2024 (+25% vs. 2023), refletindo o maior quadro de pessoas para compor o início das operações de sal e expedição ferroviária em 2024, custos maiores com arrendamento – conforme previsto em contrato e relativo ao maior volume movimentado, bem como aumento pontual de gastos com manutenção no período.

Despesas Operacionais: R\$27 milhões em 2024 (vs. R\$13 milhões em 2023): variação principalmente devido ao impacto não-recorrente de R\$13 milhões referente à doação do investimento realizado para desenvolvimento da expedição ferroviária que foi realizado no 2T24.

EBITDA Ajustado: como resultado, o EBITDA Ajustado foi de **R\$62 milhões** em 2024 (+1% vs. 2023), e margem EBITDA de 45% (-5 p.p vs. 2023).



Resultado Corporativo

Corporativo (R\$ milhões)	2024	2023	Var. %
Despesas (Receitas) Operacionais	(94)	(86)	9%
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros	(0)	(6)	-96%
Equivalência Patrimonial ¹	4	(4)	-
EBITDA	(90)	(96)	-6%
<i>Equivalência Patrimonial¹</i>	(4)	4	-
<i>Não Recorrentes²</i>	(36)	(28)	26%
EBITDA Ajustado	(130)	(120)	8%

¹ Equivalência patrimonial está líquida de Eliminações ² Não Recorrentes estão apresentados em documento anexo a este relatório.

Em 2024, a estrutura corporativa representou despesa de **R\$130 milhões** (+8% vs. 2023), aumento explicado principalmente pelos efeitos de contratações feitas ao longo de 2023 e acordos coletivos.

CAPEX

CAPEX Consolidado (R\$ milhões)	2024	2023	Var. %
Manutenção	116	123	-6%
Expansão	222	176	26%
Outorga STS20	22	21	5%
CAPEX Total	361	320	13%

Em 2024 o CAPEX foi de **R\$361 milhões** (+13% vs. 2023) com 62% voltado para expansão modular no Norte e expedição ferroviária em Santos, além de investimentos em manutenção programada e recorrentes em inovação e sistemas.

Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa (R\$ milhões)	2024	2023	Var. %
Caixa Inicial	830	753	10%
(+) EBITDA	50	738	-93%
(+/-) Resultado <i>Hedge Accounting</i>	396	1	>100%
(+/-) Variação de Capital de Giro e Cambiais	47	7	>100%
= Fluxo de Caixa Operacional (FCO)	494	747	-34%
(-) CAPEX	(312)	(274)	14%
Recorrente	(116)	(123)	-6%
Expansão	(196)	(151)	30%
(-) Outorga	(22)	(21)	5%
= Fluxo de Caixa de Investimentos (FCI)	(334)	(295)	13%
(+/-) Captação/Amortização de Dívida	(62)	(38)	65%
(-) Pagamento de Juros de Empréstimos	(279)	(271)	3%
(-) Pagamento de Juros de Derivativos	(20)	(26)	-23%
(-) Arrendamentos	(61)	(51)	20%
(+) Aporte de Capital	500	-	-
(+/-) Dividendos Pagos/Recebidos	3	12	-77%
= Fluxo de Caixa de Financiamento (FCF)	81	(374)	-
= Geração/Consumo de Caixa	241	77	>100%
Caixa Final¹	1.071	830	29%

¹O caixa considerado é composto pela somatória de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras alocadas tanto no curto-prazo quanto no longo-prazo do balanço.

Fluxo de Caixa Operacional: geração de **R\$494 milhões** em 2024 (-34% vs. 2023) refletindo a menor geração de EBITDA do período.

Fluxo de Caixa de Investimentos: consumo de **R\$334 milhões** em 2024 (+13% vs. 2023) refletindo maiores investimentos estratégicos em expansões modulares no Corredor Norte para crescimento de capacidade de curto prazo, aquisição de barcas, e investimentos para a construção e montagem para implantação da linha férrea em Santos.

Fluxo de Caixa de Financiamento: geração de **R\$81 milhões** no ano de 2024 (vs. consumo de R\$374 milhões em 2023), como resultado do recebimento de R\$500 milhões de AFAC da Ultrapar Logística. Sem este efeito, o consumo de caixa com fluxo de caixa financeiro em 2024 seria superior ao do ano anterior, refletindo, principalmente, o impacto da apreciação do dólar sobre as dívidas dolarizadas da Companhia (Bond 2031, Bond 2025 e BNDES). Adicionalmente, contribuiu para esse aumento o início da amortização do contrato de dívida da FINEP, parcialmente compensado pelo menor pagamento de juros do swap de fluxo de caixa.

Geração de **R\$295 milhões** (vs. geração de R\$17 milhões no 4T23) e geração de **R\$241 milhões** em 2024 (vs. geração de R\$77 milhões em 2023). A Companhia encerrou o ano de 2024 com caixa total de **R\$1.071 milhões**.



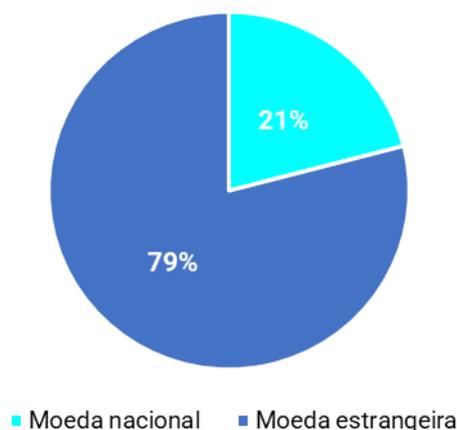
Endividamento

Endividamento (R\$ milhões)	2024	2023	Var. %
Endividamento em BRL	1.008	989	2%
Endividamento em USD	3.796	3.030	25%
Endividamento Bruto	4.804	4.020	20%
Caixa e aplicações em BRL	687	341	>100%
Caixa e aplicações em USD	367	473	-22%
Caixa e aplicações¹	1.053	814	29%
Endividamento Líquido	3.751	3.206	17%
EBITDA Ajustado ex- JV's LTM	570	756	-25%
Dívida Líquida/EBITDA ex-JV's LTM	6,6x	4,2x	2,3x

¹O caixa considerado é composto pela somatória de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras alocadas apenas no curto-prazo do balanço.

Encerramos o 2024 com dívida líquida de **R\$3.751 milhões**, 17% superior ao 2023, refletindo principalmente o efeito da marcação a mercado das dívidas dolarizadas da Companhia, que representam 79% do endividamento total, e a redução na geração de caixa nos corredores Norte e Sul, parcialmente compensados pelo recebimento do AFAC de R\$500 milhões em dez/24.

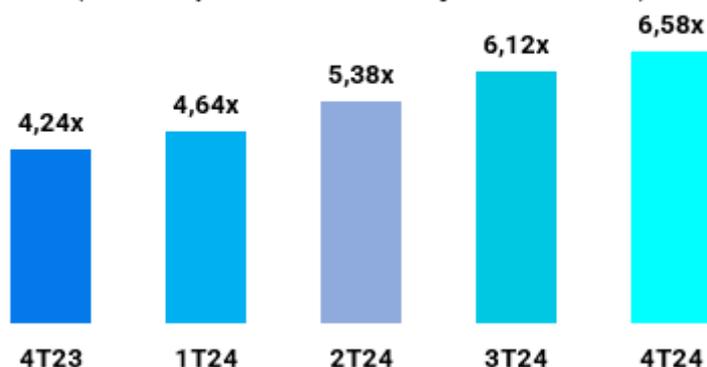
Composição por moeda



A alavancagem ao final de 2024 foi de 6,6x, resultado do menor EBITDA, e da variação cambial sobre a dívida dolarizada. Apesar de alavancagem elevada, a Companhia não incorre em risco de aceleração de pagamento de dívidas, já que possui *covenants* de incorrência. A alavancagem deve apresentar tendência de redução em 2025, em função da recuperação esperada do EBITDA ao longo do ano, além de ser impulsionada por eventual aumento de capital.



**Evolução alavancagem
(Dívida Líquida/EBITDA LTM Ajustado¹ ex-JV's)**

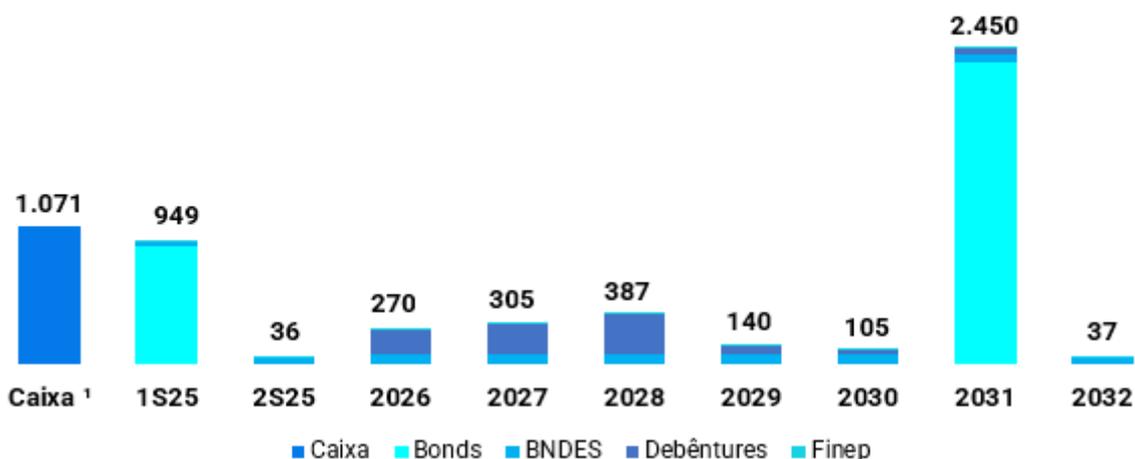


¹Considera EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, excluindo o impacto de hedge accounting, equivalência patrimonial e itens não-recorrentes no período.

A Companhia apresenta cronograma de amortização longo, com prazo médio de 4,3 anos e custo médio ponderado em dólar norte-americano de 5,3%.

Em janeiro de 2025 a Companhia, através da sua 3ª emissão de debêntures, no valor de R\$400 milhões, levantou os recursos necessários para, em conjunto com o valor recebido de AFAC em dezembro de 2024, efetuar a quitação do Bond 2025 em janeiro de 2025.

Cronograma de amortização da dívida (R\$ milhões)



¹O caixa considerado é composto por: Caixa e Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras alocadas no curto e longo prazo do balanço.



Sustentabilidade

Em 2024, a Hidrovias do Brasil consolidou seu modelo de atuação sustentável, com o **Desenvolvimento Local** como meta estratégica. A Companhia implementou iniciativas estruturadas de diálogo, gestão de impactos socioambientais e investimento social, fortalecendo sua reputação e prevenindo crises e questionamentos regulatórios nas regiões onde opera (Pará, Santos e Paraguai).

Foram realizadas **10 iniciativas de investimento social voluntário e 16 programas** em atendimento a condicionantes, beneficiando **23 mil pessoas**. Entre os destaques estão:

- **Programa Tecer** – qualificação e geração de renda para mulheres em Itaituba e Barcarena (PA);
- **Programa Aceleraê** – capacitação de jovens para o primeiro emprego e adultos em novas tecnologias de navegação;
- **Projeto Pérola D'Água** – fornecimento de água potável para famílias do Distrito de Nova Miritituba, em Itaituba (PA);
- **Acordo de Cooperação com o Estado do Pará** – apoio ao desenvolvimento de comunidades pesqueiras, com previsão de alcançar milhares de pessoas até 2026;
- **Programa Itupanema + Sustentável** - implantação de área verde de aproximadamente nove hectares entre as operações do TUP, Barcarena (PA), e a comunidade vizinha. Estruturado por meio da aquisição responsável de imóveis no bairro, à iniciativa contempla a criação de área verde de acesso público entre as operações e a ocupação residencial na comunidade. O programa garante o crescimento operacional em harmonia com a qualidade de vida dos moradores.

Disclaimer

Este relatório contém declarações e perspectivas futuras baseadas nas estratégias e crenças relativas às oportunidades de crescimento da Hidrovias do Brasil S.A. e suas subsidiárias ("Hidrovias" ou "Companhia") constituídas por análises feitas por sua administração. Isso significa que afirmações e declarações aqui contidas, fundamentadas em minucioso estudo de informações públicas disponibilizadas para o mercado em geral, embora consideradas razoáveis pela Companhia, poderão não se materializar e/ou conter imperfeições e/ou imprecisões. Essa ressalva sobre as informações demonstradas indica a existência de situações adversas que poderão impactar os resultados esperados de modo que nossas expectativas não se concretizem no prazo acreditado, pois referidos fatores vão além da capacidade de controle da Hidrovias. Dessa forma, a Companhia não garante o desempenho refletido nessa apresentação e, por isso, não constitui material de oferta para compra e/ou subscrição de seus valores mobiliários.



Audidores Independentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. e das suas controladas são auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, cuja escolha compete exclusivamente ao Conselho de Administração. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) promover os interesses do seu cliente; condições que foram observadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram contratados serviços de auditoria externa que totalizaram R\$1.570 mil.

Declaração da Administração

Na qualidade de Diretores da Hidrovias do Brasil S.A., declaramos nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com os termos das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Anexos

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVOS	Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
Ativos Circulantes			Passivos circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	988.450	663.919	Fornecedores	163.125	172.452
Títulos e valores mobiliários	64.826	150.001	Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.332.005	210.457
Contas a receber de clientes	183.606	141.835	Obrigações sociais e trabalhistas	59.085	70.527
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	Processos judiciais	38.142	47.604
Estoques	162.438	93.826	Obrigações tributárias	97.139	64.871
Impostos a recuperar	220.046	181.186	Imposto de renda e contribuição social	116.163	87.636
Despesas antecipadas e adiantamentos	25.875	23.161	Contas a pagar com partes relacionadas	500.000	-
Dividendos a receber	-	-	Adiantamento de clientes	4.511	4.280
Outros ativos	61.977	66.295	Obrigações com outorga	22.171	18.117
Total dos ativos circulantes	1.707.218	1.320.223	Passivo de arrendamento	50.231	28.979
			Outras contas a pagar	8.105	38.300
			Total dos passivos circulantes	2.390.677	743.223
Não circulantes			Passivos não circulantes		
Títulos e valores mobiliários	18.031	16.547	Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.471.917	3.809.278
Contas a receber de clientes	3.200	4.000	Contas a pagar com partes relacionadas	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	6.372	4.982	Instrumentos financeiros derivativos	11.063	45.344
Depósitos judiciais	85.475	93.580	Obrigações com outorga	-	20.875
Imposto de renda e contribuição social diferido	164.331	117.961	Passivo de arrendamento	243.343	208.609
Impostos a recuperar	30.696	45.230	Outras contas a pagar	101.613	38.195
Despesas antecipadas e adiantamentos	48.851	17.115	Total dos passivos não circulantes	3.827.936	4.122.301
Instrumentos financeiros derivativos	12.490	-	Patrimônio líquido		
Outros ativos	93.474	48.903	Capital social	1.334.584	1.334.584
Investimentos	135.146	102.026	Reservas de capital	45.231	42.284
Imobilizado	4.293.070	3.920.610	Prejuízo acumulado	-948.359	-326.660
Intangível	305.377	331.396	Outros resultados abrangentes	516.619	333.315
Direito de uso	262.957	226.474	Total do Patrimônio líquido	948.075	1.383.523
Total dos ativos não circulantes	5.459.470	4.928.824	Total dos passivos e patrimônio líquido	7.166.688	6.249.047
Total dos ativos	7.166.688	6.249.047			


HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas e serviços	1.352.406	1.924.350
Custos dos serviços prestados	(1.345.997)	(1.242.478)
Lucro bruto	6.409	681.872
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(302.263)	(300.075)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	(1.965)	(3.322)
Resultado de equivalência patrimonial	7.439	4.303
Perdas por <i>impairment</i>	(88.524)	-
Outras receitas e (despesas)	9.429	7.523
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(369.475)	390.301
Receitas financeiras	561.239	372.564
Despesas financeiras	(754.069)	(693.111)
Resultado financeiro líquido	(192.830)	(320.547)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(562.305)	69.754
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(80.941)	(69.131)
Diferido	21.547	16.976
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(621.699)	17.599
Resultado por ação básico - R\$	-0,8176	0,0231
Resultado por ação diluído - R\$	-0,8176	0,0227

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

Demonstrações de fluxo de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(621.699)	17.599
<u>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:</u>		
Outras provisões	22.251	60.488
Imposto de renda e contribuição social - Corrente e Diferido (nota 24)	59.394	52.155
Resultado líquido com instrumentos financeiros derivativos (nota 23)	(26.364)	43.736
Juros sobre empréstimos, mútuos e arrendamentos	314.500	282.088
Amortização de custos de captação de empréstimos (nota 13)	12.323	11.145
Efeito líquido da atualização monetária e cambial sobre dívida	1.774	(909)
Plano incentivo de longo prazo com ações restritas	2.947	(206)
Ganhos nas aplicações financeiras	(5.697)	(15.990)
Depreciações e amortizações	418.633	346.981
Resultado de equivalência patrimonial (nota 8)	(7.439)	(4.303)
Efeito de hedge accounting na receita líquida (nota 21)	396.462	1.318
Baixa de ativos imobilizado e intangível (nota 9 e 10)	39.185	-
Baixa de ativos por perda (Impairment) (nota 9)	88.524	-
Baixa de direito de uso, líquido do passivo de arrendamento (nota 11)	(2.312)	(145)
Venda baixas do ativo fixo	-	3.559
Estimativa de perdas esperadas crédito de liquidação duvidosa (nota 22)	1.965	7.144
Reversão de Earn-out	(3.811)	(3.520)
<u>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</u>		
Contas a receber	(45.429)	64.462
Estoques	(68.612)	12.617
Impostos a recuperar	9.576	743
Despesas antecipadas e adiantamentos	(34.450)	21.871
Partes Relacionadas	(1.390)	-
Depósitos judiciais	(14.991)	(24.819)
Outros ativos	(42.957)	(44.589)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(13.506)	(43.216)
Obrigações sociais e trabalhistas	(37.854)	(19.214)
Obrigações tributárias	32.268	31.137
Adiantamentos de clientes	231	(12.505)
Outras contas a pagar	11.233	309
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(278.546)	(271.340)
Impostos de renda e contribuição social pagas	(84.327)	(74.980)
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	121.882	441.616


Fluxos de caixa das atividades de investimento

Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(311.649)	(273.974)
Custos com admissão inicial do arrendamento	(3.719)	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(250.616)	(732.058)
Resgates de títulos e valores mobiliários	355.483	886.579
Outras baixas do ativo fixo	-	20.447
Dividendos recebidos	2.705	11.877
Mútuos concedidos entre partes relacionadas	-	161
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(207.796)	(86.968)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Adiantamento para futuro aumento de capital	500.000	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos de custos de captação	-	17.919
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(228)
Pagamentos arrendamento de outorga	(22.129)	(21.176)
Pagamento de contratos de arrendamentos	(60.729)	(50.757)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(61.964)	(55.470)
Aplicações de títulos e valores mobiliários de longo prazo		(2.361)
Outras contas a pagar com partes relacionadas		226
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	355.178	(111.847)

Efeito das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	55.267	19.573
-----------------------------------------------------------------------------------	--------	--------

Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	324.531	262.374
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	663.919	401.545
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	988.450	663.919
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	324.531	262.374

Corredor Sul (R\$ milhões)

Não Recorrentes	2024	2023	Var. %
Efeito líquido de baixa de projetos descontinuados e ajustes relacionados a operações anteriores	-	(0)	-
Impairment Potiguar	90	-	-
Total	90	(0)	-

Corredor Norte (R\$ milhões)

Não Recorrentes	2024	2023	Var. %
Rateio de despesas corporativas	26	23	15%
Caução CDP	17	-	-
Baixa de projetos CAPEX por descontinuidade	9	8	19%
Total	52	30	71%



Navegação Costeira (R\$ milhões)	2024	2023	Var. %
Não Recorrentes			
Rateio de despesas corporativas	6	5	21%
Efeito total de baixa de projetos descontinuados e ajustes de classificação contábil de efeitos anteriores	-	10	-
Total	6	15	-62%

Santos (R\$ milhões)	2024	2023	Var. %
Não Recorrentes			
Rateio de despesas corporativas	6	5	21%
Doação Ferrovia	13	-	-
Total	20	5	>100%

Corporativo (R\$ milhões)	2024	2023	Var. %
Não Recorrentes			
Rateio de despesas corporativas	(39)	(33)	16%
Baixa de projetos descontinuados e ativos por correção	-	5	-
Plano de remuneração de ações	3	(0)	-
Total	(36)	(28)	26%

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Hidroviás do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Hidroviás do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Shape the future
with confidence

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.3, as receitas da Companhia e suas controladas são originadas, principalmente, por transporte de cargas através de navegação fluvial e marítima, além de serviços de elevação e transbordo. Essas receitas são, em sua maior parte, baseadas em contratos de longo prazo celebrados com os clientes, que incluem garantias de volumes mínimos transportados (“Take or Pay”). Adicionalmente, a Companhia avalia, a cada fechamento contábil, o cumprimento das obrigações de desempenho para determinar o período adequado do reconhecimento das receitas, que envolvem montantes relevantes, de grande volume e pulverizados.

Em nossa visão, em função dos aspectos mencionados acima poderem impactar de forma relevante o montante de reconhecimento da receita, e conseqüentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, bem como pela relevância dos montantes envolvidos nas transações representar elevado risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto é considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros: i) avaliação dos critérios de reconhecimento de receitas adotados pela administração, que suportam a contabilização das receitas, incluindo receitas de *take or pay*, ao longo do exercício, ii) revisão, em bases amostrais, de contratos com clientes e verificação de documentos que suportam o reconhecimento da receita, iii) testes amostrais de transações realizadas próximo ao período de fechamento contábil e o respectivo reconhecimento de receita; iv) testes amostrais de receitas reconhecidas ao longo do ano com inspeção de documentos que comprovam o reconhecimento da receita e recebimento com efetiva entrada de caixa; v) avaliação das divulgações da Companhia quanto ao reconhecimento de receita.



Shape the future
with confidence

Como resultado destes procedimentos identificamos ajustes de auditoria relacionado ao reconhecimento de receitas, sendo estes ajustes registrados pela administração mesmo considerando sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, consideramos que os critérios e premissas para reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 3.3 e nota explicativa nº 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que são suportados pela geração de lucro tributável futuro, conforme detalhado na nota explicativa nº 24. Devido à subjetividade e julgamento envolvidos na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos estimados, o assunto é considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros: i) análise quanto a razoabilidade das projeções de resultados, elaboradas pela diretoria da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos; ii) análise da adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados; iii) teste matemático das projeções de resultados; iv) análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e dados contábeis, quando aplicável; v) confirmação que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e vi) avaliação das divulgações da Companhia quanto à realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, consideramos que os critérios e premissas para reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.



Shape the future
with confidence

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Shape the future
with confidence

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Carlos Augusto Amado Junior
CRC SP-292320/O

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio	6
Demonstrações de fluxo de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
1. Contexto operacional	9
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	11
3. Políticas contábeis materiais	14
4. Caixa e equivalentes de caixa	27
5. Títulos e valores mobiliários	27
6. Contas a receber de clientes	28
7. Impostos a recuperar	29
8. Investimentos	30
9. Imobilizado	35
10. Intangível	38
11. Direito de uso e passivo de arrendamento	41
12. Fornecedores	43
13. Empréstimos, financiamentos e debêntures	44
14. Obrigações sociais e trabalhistas	47
15. Processos judiciais	48
16. Partes relacionadas	50
17. Patrimônio líquido	51
18. Resultado por ação	52
19. Programas de incentivo de longo prazo	53
20. Compromissos e garantias	54
21. Receita líquida	54
22. Custos e despesas por natureza	55
23. Resultado financeiro	56
24. Imposto de renda e contribuição social	56
25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	59
26. Seguros	68
27. Informação por segmento	69
28. Subvenção, assistências governamentais e outros benefícios	72
29. Itens que não afetam o caixa	72
30. Eventos subsequentes	73

Hidroviás do Brasil S.A.
Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
Ativos Circulantes						Passivos circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	4	509.430	67.090	988.450	663.919	Fornecedores	12	7.314	11.963	163.125	172.452
Títulos e valores mobiliários	5	-	1.063	64.826	150.001	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	98.837	80.905	1.332.005	210.457
Contas a receber de clientes	6	-	-	183.606	141.835	Obrigações sociais e trabalhistas	14	20.463	26.250	59.085	70.527
Contas a receber com partes relacionadas	16	15.970	17.501	-	-	Processos judiciais	15	270	7.217	38.142	47.604
Estoques		-	-	162.438	93.826	Obrigações tributárias		5.104	5.064	97.139	64.871
Impostos a recuperar	7	13.768	11.474	220.046	181.186	Imposto de renda e contribuição social		-	-	116.163	87.636
Despesas antecipadas e adiantamentos		1.157	2.005	25.875	23.161	Contas a pagar com partes relacionadas	16	501.432	4.179	500.000	-
Dividendos a receber	16	14.692	14.692	-	-	Adiantamento de clientes		-	-	4.511	4.280
Outros ativos		-	-	61.977	66.295	Obrigações com outorga	10	-	-	22.171	18.117
Total dos ativos circulantes		555.017	113.825	1.707.218	1.320.223	Passivo de arrendamento	11.2	749	994	50.231	28.979
						Outras contas a pagar		6.334	395	8.105	38.300
						Total dos passivos circulantes		640.503	136.967	2.390.677	743.223
Não circulantes						Passivos não circulantes					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	18.031	16.547	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	908.817	908.585	3.471.917	3.809.278
Contas a receber de clientes	6	-	-	3.200	4.000	Contas a pagar com partes relacionadas	16	363.467	145.354	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	16	-	-	6.372	4.982	Instrumentos financeiros derivativos	25	11.063	45.344	11.063	45.344
Depósitos judiciais	15.2	37.626	32.383	85.475	93.580	Obrigações com outorga	10	-	-	-	20.875
Imposto de renda e contribuição social diferido	24	21.314	45.207	164.331	117.961	Passivo de arrendamento	11.2	2.433	1.019	243.343	208.609
Impostos a recuperar	7	4	4	30.696	45.230	Outras contas a pagar		7.960	6.115	101.613	38.195
Despesas antecipadas e adiantamentos		101	80	48.851	17.115	Total dos passivos não circulantes		1.293.740	1.106.417	3.827.936	4.122.301
Instrumentos financeiros derivativos	25	12.490	-	12.490	-	Patrimônio líquido					
Outros ativos		-	-	93.474	48.903	Capital social	17	1.334.584	1.334.584	1.334.584	1.334.584
Investimentos	8	2.222.533	2.401.393	135.146	102.026	Reservas de capital		45.231	42.284	45.231	42.284
Imobilizado	9	3.756	4.038	4.293.070	3.920.610	Prejuízo acumulado		(948.359)	(326.660)	(948.359)	(326.660)
Intangível	10	26.456	28.183	305.377	331.396	Outros resultados abrangentes		516.619	333.315	516.619	333.315
Direito de uso	11.1	3.021	1.794	262.957	226.474	Total do Patrimônio líquido		948.075	1.383.523	948.075	1.383.523
Total dos ativos não circulantes		2.327.301	2.513.082	5.459.470	4.928.824	Total dos passivos e patrimônio líquido		2.882.318	2.626.907	7.166.688	6.249.047
Total dos ativos		2.882.318	2.626.907	7.166.688	6.249.047						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Hidroviás do Brasil S.A.**Demonstrações do resultado****Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas e serviços	21	-	-	1.352.406	1.924.350
Custos dos serviços prestados	22	-	-	(1.345.997)	(1.242.478)
Lucro bruto		-	-	6.409	681.872
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	(107.039)	(98.189)	(302.263)	(300.075)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	22	-	-	(1.965)	(3.322)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(362.664)	265.096	7.439	4.303
Perdas por <i>impairment</i>	9	-	-	(88.524)	-
Outras receitas e (despesas)		(216)	(5.701)	9.429	7.523
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(469.919)	161.206	(369.475)	390.301
Receitas financeiras	23	87.122	45.468	561.239	372.564
Despesas financeiras	23	(219.310)	(208.357)	(754.069)	(693.111)
Resultado financeiro líquido		(132.188)	(162.889)	(192.830)	(320.547)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(602.107)	(1.683)	(562.305)	69.754
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	24	4.302	-	(80.941)	(69.131)
Diferido	24	(23.894)	19.282	21.547	16.976
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(621.699)	17.599	(621.699)	17.599
Resultado por ação básico - R\$	18	(0,8176)	0,0231	(0,8176)	0,0231
Resultado por ação diluído - R\$	18	(0,8176)	0,0227	(0,8176)	0,0227

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Hidroviás do Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(621.699)	17.599	(621.699)	17.599
Outros resultados abrangentes:				
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado:				
Efeito na conversão de investimentos em moeda estrangeira	207.789	(67.615)	207.789	(67.615)
Hedge accounting de instrumentos financeiros	(49.308)	130.094	(49.308)	130.094
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.823	(30.015)	24.823	(30.015)
Total	183.304	32.464	183.304	32.464
Resultado abrangente do exercício	(438.395)	50.063	(438.395)	50.063

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Hidroviás do Brasil S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Capital Social		Reservas de capital		Reservas de lucros	Outras reservas		Total
	Capital social	Custo na emissão de ações	Ágio na emissão de ações	Opções outorgadas	Prejuízo acumulado	Ajustes acumulados de conversão	Ajuste de instrumentos financeiros (*)	
SALDO EM 31 DEZEMBRO DE 2022	1.359.469	(24.885)	4.401	35.228	(344.259)	529.623	(228.772)	1.330.805
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	17.599	-	-	17.599
Outros	-	-	-	-	-	6.720	(6.720)	-
Plano de incentivo de longo prazo	-	-	-	2.655	-	-	-	2.655
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(67.615)	100.079	32.464
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.359.469	(24.885)	4.401	37.883	(326.660)	468.728	(135.413)	1.383.523
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(621.699)	-	-	(621.699)
Plano de incentivo de longo prazo	-	-	-	2.947	-	-	-	2.947
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	207.789	(24.485)	183.304
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.359.469	(24.885)	4.401	40.830	(948.359)	676.517	(159.898)	948.075

() Efeito apresentado líquido de imposto de renda e contribuição social diferido.*



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(621.699)	17.599	(621.699)	17.599
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Outras provisões	3.933	15.797	22.251	60.488
Imposto de renda e contribuição social - Corrente e Diferido (nota 24)	19.592	(19.282)	59.394	52.155
Resultado líquido com instrumentos financeiros derivativos (nota 23)	(26.364)	43.736	(26.364)	43.736
Juros sobre empréstimos, mútuos e arrendamentos	139.192	121.238	314.500	282.088
Amortização de custos de captação de empréstimos (nota 13)	2.337	2.086	12.323	11.145
Efeito líquido da atualização monetária e cambial sobre dívida	-	-	1.774	(909)
Plano incentivo de longo prazo com ações restritas	2.947	(206)	2.947	(206)
Ganhos nas aplicações financeiras	(10)	(885)	(5.697)	(15.990)
Depreciações e amortizações	14.451	12.776	418.633	346.981
Resultado de equivalência patrimonial (nota 8)	362.664	(265.096)	(7.439)	(4.303)
Efeito de hedge accounting na receita líquida (nota 21)	-	-	396.462	1.318
Baixa de ativos imobilizado e intangível (nota 9 e 10)	425	-	39.185	-
Baixa de ativos por perda (Impairment) (nota 9)	-	-	88.524	-
Baixa de direito de uso, líquido do passivo de arrendamento (nota 11)	-	-	(2.312)	(145)
Venda baixas do ativo fixo	-	-	-	3.559
Estimativa de perdas esperadas crédito de liquidação duvidosa (nota 22)	-	-	1.965	7.144
Reversão de <i>Earn-out</i>	-	-	(3.811)	(3.520)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(45.429)	64.462
Estoques	-	-	(68.612)	12.617
Impostos a recuperar	(2.294)	(1.188)	9.576	743
Despesas antecipadas e adiantamentos	827	(707)	(34.450)	21.871
Partes Relacionadas	1.531	-	(1.390)	-
Depósitos judiciais	(5.242)	-	(14.991)	(24.819)
Outros ativos	-	3.434	(42.957)	(44.589)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(6.861)	(2.137)	(13.506)	(43.216)
Obrigações sociais e trabalhistas	(12.365)	(9.115)	(37.854)	(19.214)
Obrigações tributárias	40	112	32.268	31.137
Adiantamentos de clientes	-	-	231	(12.505)
Outras contas a pagar	18.176	(25.982)	11.233	309
Outras contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(96.235)	(97.756)	(278.546)	(271.340)
Impostos de renda e contribuição social pagas	-	-	(84.327)	(74.980)
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	(204.955)	(205.576)	121.882	441.616
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(9.568)	(6.271)	(311.649)	(273.974)
Custos com admissão inicial do arrendamento	-	-	(3.719)	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	-	(41.820)	(250.616)	(732.058)
Resgates de títulos e valores mobiliários	1.073	58.539	355.483	886.579
Ganhos (perdas) por venda de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	-
Outras baixas do ativo fixo	-	7.343	-	20.447
Dividendos recebidos	-	52.543	2.705	11.877
Mútuos concedidos entre partes relacionadas	-	62.472	-	161
(Aumento) redução de capital em controladas	(500)	(550)	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(8.995)	132.256	(207.796)	(86.968)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	500.000	-	500.000	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos de custos de captação	-	17.919	-	17.919
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(228)	-	(228)
Pagamentos arrendamento de outorga	-	-	(22.129)	(21.176)
Pagamento de contratos de arrendamentos	(1.223)	(995)	(60.729)	(50.757)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.487)	-	(61.964)	(55.470)
Aplicações de títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	-	-	(2.361)
Outras contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	226
Mútuo entre partes relacionadas	160.000	74.806	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	656.290	91.502	355.178	(111.847)
Efeito das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	-	-	55.267	19.573
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	442.340	18.182	324.531	262.374
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	67.090	48.908	663.919	401.545
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	509.430	67.090	988.450	663.919
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	442.340	18.182	324.531	262.374



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Receita de serviços	-	-	1.443.895	2.019.924
Receitas relativas à construção de ativos próprios	11.314	7.761	294.642	275.398
Outras receitas	(217)	(5.703)	9.460	7.522
Constituição (reversão) de provisão para perdas		-	(1.965)	(3.411)
<u>Insumos adquiridos de terceiros:</u>				
Custo dos serviços prestados	-	-	(787.147)	(696.742)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(36.260)	(31.984)	(173.006)	(190.298)
Construção de ativos próprios	(11.314)	(7.761)	(294.642)	(275.398)
Valor adicionado (consumido) bruto	(36.477)	(37.687)	491.237	1.136.995
Depreciação e amortização	(14.340)	(12.750)	(418.633)	(346.158)
Valor adicionado (consumido) líquido gerado pela Companhia	(50.817)	(50.437)	72.604	790.837
Valor adicionado (consumido) recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	(362.664)	265.096	7.439	4.303
Receitas financeiras	87.122	45.468	561.239	372.564
Valor adicionado total a distribuir	(326.359)	260.127	641.282	1.167.704
Pessoal:	46.529	44.740	303.208	277.231
Remuneração direta	20.919	19.019	223.196	206.787
Benefícios	22.224	23.108	68.110	60.202
FGTS	3.386	2.613	11.902	10.242
Tributos:	29.501	(10.569)	205.704	179.763
Federais	29.463	(10.583)	168.932	149.561
Estaduais	38	14	8.820	5.038
Municipais	-	-	27.952	25.164
Remuneração de capitais terceiros:	219.310	208.357	754.069	693.111
Juros s/ empréstimos, outorga e outros	139.419	126.403	322.067	261.423
Atualizações monetárias e cambiais	31.715	3.484	366.956	315.420
Outros	48.176	78.470	65.046	116.268
Remuneração de capitais próprios:	(621.699)	17.599	(621.699)	17.599
Lucro (Prejuízo) do exercício	(621.699)	17.599	(621.699)	17.599
Valor adicionado distribuído	(326.359)	260.127	641.282	1.167.704



1. Contexto operacional

A Hidroviias do Brasil S.A. em conjunto com suas controladas (“Companhia” ou coletivamente “Hidroviias”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sua sede na capital do estado de São Paulo, Brasil, localizada na Rua Fradique Coutinho, nº 30 - 7º andar, bairro Pinheiros. A Companhia foi constituída em 18 de agosto de 2010, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior.

A Hidroviias possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - B3), listada no segmento do Novo Mercado sob o código HBSA3.

A Companhia é controladora direta e indireta de empresas de capital fechado, a Companhia e suas controladas têm como objeto social exercer atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas abaixo:

- (a) Transporte de mercadorias.
- (b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos.
- (c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e armazenamento de mercadorias.
- (d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros.
- (e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia e suas subsidiárias operam em quatro terminais portuários, com capacidade total de carregamento de 20,5 milhões de toneladas por ano e uma estação de transbordo, estrategicamente localizados, além da frota hidroviária atual, que conta com 477 barcaças de carga, 22 empurradores principais, 6 empurradores auxiliares e 2 navios de cabotagem, frota distribuída para atender às necessidades específicas dos clientes e simultaneamente ter flexibilidade operacional de alocação para diferentes rotas e cargas, dando maior flexibilidade para adaptações de acordo com as condições de mercado e com a demanda pelas cargas transportadas. Adicionalmente, a Companhia continua investindo em planos estratégicos de longo prazo, com o objetivo de gerar eficiência operacional, geração de caixa e expansão dos negócios, visando a perpetuidade no setor logístico e liquidação de suas dívidas.



A Companhia possui participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	Atividade principal	Segmento	País	31/12/2024 % Participação		31/12/2023 % Participação	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Hidroviás do Brasil - Holding Norte S.A. ("HB Holding Norte")	Participação no capital de outras sociedades	Corredor Norte	Brasil	100%	-	100%	-
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A. ("HB Vila do Conde") (1)	Armazenamento e elevação de carga e transporte fluvial	Corredor Norte	Brasil	1%	99%	-	100%
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A. ("HB Marabá") (1)	Terreno - Pré-operacional	Corredor Norte	Brasil	-	-	100%	-
Hidroviás do Brasil - Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda. ("HB Intermediação")	Intermediação e agenciamento de serviços	Corredor Norte	Brasil	100%	-	100%	0%
Hidroviás do Brasil - Cabotagem Ltda. ("HB Cabotagem")	Transporte marítimo de cabotagem	Cabotagem	Brasil	100%	-	100%	0%
Hidroviás do Brasil - Administração Portuária de Santos S.A. ("HB Santos")	Movimentação e armazenagem	Santos	Brasil	-	100%	-	100%
Via Grãos S.A. ("Via Grãos") (1)	Construção de rodovias e ferrovias	Outros	Brasil	-	-	100%	-
Hidroviás del Sur S.A. ("Hidroviás del Sur")	Participação no capital de outras sociedades	Corredor Sul	Uruguai	100%	-	100%	-
Baloto S.A. ("Baloto")	Participação no capital de outras sociedades	Corredor Sul	Uruguai	3%	97%	3%	97%
Girocantex S.A. ("Girocantex")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Uruguai	-	100%	-	100%
Cikelsol S.A. ("Cikelsol")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Uruguai	-	100%	-	100%
Resflir S.A. ("Resflir")	Arrendamento de ativos de navegação	Corredor Sul	Uruguai	-	100%	-	100%
Hidroviás del Paraguay S.A. ("Hidroviás del Paraguay")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Paraguai	0%	100%	0%	100%
Pricolpar S.A. ("Pricolpar")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Paraguai	0%	100%	0%	100%
Hidroviás Navegación Fluvial S.A. ("Navegación")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Paraguai	95%	5%	95%	5%
Hidroviás South America BV ("Hidroviás South America")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Holanda	100%	-	100%	-
Baden S.A. ("Baden")	Administração portuária	Joint Venture	Paraguai	50%	-	50%	-
Limday S.A. ("Limday")	Transporte fluvial	Joint Venture	Uruguai	-	45%	-	45%
Obrinel S.A. ("Obrinel")	Terminal especializado de carga	Joint Venture	Uruguai	-	49%	-	49%
Hidroviás International Finance S.à.r.l. ("Finance")	Agenciamento de operações financeiras	Outros	Luxemburgo	100%	-	100%	-

(1) Em 2 de dezembro de 2024 as investidas HB Marabá e Via Grãos foram incorporadas pela HB Vila do Conde. A transação foi realizada pelo valor contábil das entidades na data da incorporação. Decorrente da incorporação, a controladora passou a deter 1% do capital social da HB Vila do Conde.



2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2025 e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/2014, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda, quando existentes, são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto se expresso de outra forma. A moeda funcional das controladas no Uruguai, Paraguai, Holanda e Luxemburgo é o Dólar norte-americano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o Real são contabilizados no patrimônio líquido como "Outros resultados abrangentes".

Transações em moeda diferente da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

As informações financeiras de controladas no exterior (Paraguai, Uruguai, Luxemburgo e Holanda) estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional para a moeda de apresentação, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- Os ativos e passivos foram convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do balanço;
- O patrimônio líquido foi convertido a valor histórico de formação; e
- Receitas e despesas foram convertidas utilizando-se a taxa média mensal.



2.3 Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3.3 - Consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa nº 3.4 - Reconhecimento de receita;
- Nota explicativa nº 3.8 - Valor justo de ativos e passivos adquiridos em combinação de negócio;

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;
- Nota explicativa nº 9 - Vida útil dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa nº 10 – Ágio gerado na aquisição de ativos e passivos;
- Nota explicativa nº 15 - Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais;
- Nota explicativa nº 24 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, evidências obtidas de terceiros são analisadas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).



A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 19 - Programa de opção de compra de ações;
- Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

2.4 Reforma tributária

No ano-calendário em 2024, o Congresso Nacional aprovou o PLC (Projeto de Lei Complementar) nº 68/2024, convertida na LC nº 214/2025 (publicada em 16 de janeiro de 2025), que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária, em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 32/2023, que estabeleceu a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo.

Permanece inalterada a transição do cenário tributário existente para o modelo instituído pela Reforma, sendo o período de transição entre os anos de 2026 até 2032.

Destaca-se ainda que a LC não dispôs as alíquotas de IBS e CBS que serão aplicadas, a partir do início da produção dos efeitos do texto legal.

Remanesce em análise, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024 que regulamentará o procedimento administrativo relativo ao lançamento tributário do IBS, entre outras disposições.

Assim, os impactos dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização de todo o processo de regulamentação normativa.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.5 Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

As mudanças climáticas figuram entre os principais riscos globais, de acordo com o World Economic Forum (WEF) e devem impactar severamente diversos países e modelos de negócio. Diante deste contexto, a estratégia da Companhia dispõe de uma abordagem de clima orientada pela percepção da resiliência do seu negócio e para a mitigação de aspectos que contribuam para as alterações climáticas. Na frente de mitigação, especificamente, a Companhia opera por meio do modal hidroviário, considerado carbono eficiente, já que suas emissões de gases de efeito estufa são inferiores a outros modais, como o rodoviário e ferroviário. Para além do seu modelo de negócios, a Companhia dispõe de metas relativas à descarbonização, que envolvem projetos para redução de emissões, bem como gestão e controle destes indicadores.

O modal hidroviário é uma importante alternativa para contribuir para os desafios globais e para as metas brasileiras relativas às ações de mitigação em relação às mudanças do clima. Trata-se de uma opção mais eficiente no uso de combustível por tonelada de carga transportada, que corrobora para o menor impacto relativo a emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em comparação aos demais modais. Com isso, a Hidroviás acredita que contribuir para o desenvolvimento sustentável envolve reunir esforços entre diversos interlocutores, como a Companhia representa um importante elo na cadeia de valor de seus clientes, sendo responsável pelo transporte de seus produtos, sempre está em busca de fomentar as melhores práticas em sustentabilidade e tem como compromisso influenciar seus clientes para que a origem dos produtos transportados seja *deforestation-free*.

Além de operar sob este modelo, a gestão de emissões de GEE e a mitigação de impactos integram o planejamento estratégico da Companhia, que compreende metas de redução e iniciativas para tornar-se Net Zero nos próximos anos. Para suportar essa estratégia, a Hidroviás dispõe de um Programa de Gerenciamento de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que compreende uma série de iniciativas, como treinamentos, reuniões de engajamento, auditorias, acompanhamento das metas, implementação de



projetos de mitigação e compensação, e reporte interno e externo, entre outras. O inventário de gases de efeito estufa da Hidrovias é verificado por terceira parte e publicado no Programa Brasileiro do GHG Protocol1, na categoria ouro.

Por fim, a fim de disseminar suas ações, potencializar suas contribuições e promover uma atuação ainda mais estratégica na sociedade, a Companhia estruturou uma diretriz de atuação social, alinhada aos compromissos assumidos e às melhores práticas, definidas por padrões socioambientais, como os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* (IFC).

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.1 Novas normas e interpretações

3.1.1 Emitidas e vigentes

Uma série de novas normas se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 06 / IFRS 16: Passivo de Locação em um "Sale and Leaseback" (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

Alterações ao CPC 26 / IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante com covenants

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.



Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.1.2 Emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 02 (R2): Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis e destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 26 / IFRS 18: Apresentação das demonstrações contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 18 (equivalente ao CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis) para modificar, principalmente, o formato de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), bem como exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2027.

A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.



Alterações ao CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB para harmonizar as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2027.

A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.2 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Poder sobre a investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Capacidade de utilizar seu poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se detém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.



- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladoras.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em tais controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas que tenham sido derivadas de transações entre essas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Reconhecimento da receita

As receitas de vendas e serviços prestados decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ao transferir o controle de um bem ou serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, bem como quando for altamente provável que a Companhia receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos. A Sociedade e suas controladas reconhecem a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas e outras deduções, se aplicáveis. A Companhia não possui obrigações de devoluções ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possui componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada. No Corredor Norte, a receita de prestação de serviços está representada pelos serviços de elevação, transbordo e navegação, de grãos, como soja e milho e também de fertilizantes, cujo quais constituem um sistema integrado de prestação de serviços, no Estado do Pará. Decorrente de condições contratuais, a Companhia pode reconhecer no resultado do exercício receitas decorrente de contraprestações não monetárias de seus clientes, as quais são mensuradas pelo valor justo



na data da transação e compõem o ciclo operacional de receitas do Corredor Norte. No Corredor Sul, a receita de prestação de serviços está representada pelos serviços de navegação na América do Sul para transportes de cargas de produtos, como commodities agrícolas, minérios, fertilizantes, celulose e outros. No segmento Cabotagem, a receita de prestação de serviços está representada pelos serviços de navegação costeira para transporte Inter portuário. No segmento Santos, a receita de prestação de serviços está representada pelo serviço integrado de recebimento, armazenagem e expedição de grãos sólidos. A Companhia detém contratos com clientes aos quais possuem cláusulas de *Take or Pay* referente a volume de prestação de serviços e um período de tempo. As receitas de serviços prestados são reconhecidas em função da efetiva prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 21 e 27.

3.4 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.5 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle de maneira direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 1 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na nota 3.

3.6 Caixa e equivalentes

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.7 Instrumentos financeiros e de patrimônio

Reconhecimento e mensuração inicial

Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: Custo amortizado, valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A Companhia avalia classificação e mensuração dos instrumentos de acordo com o seu modelo de gerenciamento de instrumentos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** instrumentos financeiros mantidos com o objetivo de receber e cumprir com os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos, as perdas e as variações cambiais são contabilizadas no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** instrumentos financeiros realizados com a finalidade de recebimento e obrigação dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos instrumentos. As alterações no valor justo desses instrumentos são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de



avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação.

- Valor justo por meio de outros resultados: instrumentos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas provenientes das alterações no valor justo desses instrumentos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado do período em que ocorrem, independentemente de sua realização.

Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia e suas controladas realizam investimentos de acordo com a política de gestão de caixa.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.



Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Contabilidade de hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício em que os fluxos de caixa protegidos (*hedge*) afetam o resultado, na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Outros derivativos não mantidos para negociação, sendo quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* de fluxo de caixa que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

3.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou o valor realizável líquido, dos dois o menor, deduzidas, quando aplicável, as provisões para perdas ajustadas a valor presente. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas os eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada.

3.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.



O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10 Combinação de negócios

As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia mensura o ágio como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

3.11 Ativos intangíveis

Ágio

O ágio não amortizável no valor de R\$ 73.121 é resultante da aquisição através de sua controlada direta Hidroviás do Brasil - Cabotagem S.A. ("HB Cabotagem") da Log-In – Logística Intermodal S.A. ("Log-In") dos direitos e obrigações de um contrato comercial de transporte de bauxita.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelo exercício do direito de exploração, a partir da entrada em operação das controladas.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com



relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de *software* de cinco anos.

3.12 Redução ao valor recuperável de ativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As estimativas para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como risco e inadimplência quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento":

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação



Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da estimativa para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A estimativa para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adota a política de avaliar a necessidade de baixa do valor contábil bruto com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas (exceto estoques e ativos fiscais diferidos) são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.



3.13 Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia e suas controladas não podem mais retirar a oferta desses benefícios que estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade de volta, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía saldos contabilizados em suas demonstrações financeiras referente a benefícios de término de vínculo empregatício.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

3.14 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ativos contingentes

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para refletir uma obrigação presente para os riscos que possuam valores que possam ser estimados de forma confiável, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista e que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 15). Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. O ativo contingente é divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos.



3.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da Norma IAS 33 - Resultado por Ação.

3.16 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

3.17 Segmentos operacionais

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária, que é a principal tomadora de decisões operacionais; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente atribuídos à sede da Companhia).

3.18 Imposto de renda e contribuição social

Na controladora, os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. No consolidado, o imposto sobre a renda das controladas estabelecidas no Uruguai e Paraguai é calculado com base na legislação aplicável nos respectivos países, entretanto, conforme redação dada pelo art. 52 do título IV do "Texto Ordenado 2007", as companhias de navegação são isentas de tributar suas rendas.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos



e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

3.19 Subvenção e assistências governamentais

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor.

A Companhia utiliza dessa subvenção governamental em sua operação de cabotagem, recebendo integralmente a taxa adicional de 8% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza.

Esses recursos podem ser utilizados para amortização de financiamento concedidos para aquisição de embarcações.

As parcelas do AFRMM são registradas em contas específicas do ativo em contrapartida no resultado, uma vez atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

A Companhia reconheceu os benefícios do AFRMM no grupo Outras receitas/despesas no montante de R\$ 15.042 (R\$ 12.798 em 31 de dezembro de 2023) a serem aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos.

Em 2018, a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A.

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 28.

3.20 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.



A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa possuem rentabilidade através de aplicações automáticas, compromissadas e aplicações com prazo definido contratadas nos bancos de movimento, com liquidez diária e baixa probabilidade de mudanças significativas de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa – Registrado nas empresas do Brasil	509.430	67.090	683.558	272.449
Caixa e equivalentes de caixa – Registrado nas empresas do exterior	-	-	304.892	391.470
Total de caixa e equivalentes de caixa	509.430	67.090	988.450	663.919

5. Títulos e valores mobiliários

Os saldos mantidos em títulos e valores mobiliários consistem em aplicações financeiras contratadas junto a instituições financeiras, como títulos públicos, privados, entre outros valores mobiliários. As aplicações possuem rentabilidade previamente definida e atrelada aos índices de mercado, com prazos determinados e liquidez não imediata.

Natureza	Rentabilidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tesouro americano ^(a)	4,73% a.a.	-	-	61.804	105.023
Fundo de investimento e multimercado ^(b)	(44,57%) a.a.	-	1.063	3.021	44.978
Fundo Renda Fixa ^(c)	97,31% do CDI	-	-	18.032	16.547
Total de títulos e valores mobiliários		-	1.063	82.857	166.548
Total circulante		-	1.063	64.826	150.001
Total não circulante		-	-	18.031	16.547

(a) Representam investimentos em um fundo de Tesouro Americano (*Liquidity Fund*).

(b) Considera o montante R\$ 822 (R\$ 773 em 31 de dezembro de 2023) de caixa restrito referente ressarcimento do AFRMM, a ser utilizado conforme determinado pelo órgão competente.

(c) Refere-se substancialmente a caixa restrito, dado em garantia à operação de financiamento do BNDES.



6. Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber registradas pelas controladas no exterior	82.592	39.440
Contas a receber registradas pelas controladas no Brasil	117.680	115.403
Subtotal	200.272	154.843
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	(13.466)	(9.008)
Total	186.806	145.835
Circulante	183.606	141.835
Não circulante	3.200	4.000

6.2 Contas a receber por idade de vencimento

A estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito dos clientes com baixa probabilidade de realização, conforme divulgado na nota de risco de crédito 25.2.1.1 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	152.272	140.614
Vencidos até 30 dias	32.557	5.093
Vencido de 31 a 60 dias	1.181	2
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-
Vencidos de 91 a 120 dias	497	-
Vencidos de 121 a 180 dias	507	206
Vencidos há mais de 180 dias	13.258	8.928
Total	200.272	154.843

Mapa de movimentação da estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(9.008)	(23.701)
Constituição	(2.150)	(7.951)
Reversão	-	4.540
Baixas	185	18.035
Ajuste de conversão	(2.493)	69
Saldo final	(13.466)	(9.008)



7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ / CSLL ^(a)	12.261	10.968	213.051	183.277
IRRF s/ aplicação financeira ^(b)	1.480	470	15.356	8.863
PIS / COFINS ^(c)	27	40	11.203	29.286
IVA ^(d)	-	-	3.314	3.531
ISS	4	-	843	837
ICMS	-	-	3.139	-
Outros Impostos	-	-	3.836	622
Total	13.772	11.478	250.742	226.416
Circulante	13.768	11.474	220.046	181.186
Não circulante	4	4	30.696	45.230

- (a) O imposto de renda e a contribuição social são apresentados no ativo conforme antecipações realizadas de acordo com as legislações tributárias vigentes, ao lucro real, bem como retenções sofridas em decorrência de pagamento de serviços prestados pela Companhia e suas controladas. Parte do crédito de IRPJ e CSLL decorre de antecipações de impostos ocorridas em anos anteriores, que foram superiores aos impostos devidos apurados no final de cada exercício, gerando assim um saldo ativo a compensar com outros tributos federais ou a restituir conforme legislação vigente. Os saldos negativos de anos anteriores são compensados com outros tributos federais, com critérios preestabelecidos pela legislação vigente, bem como são objeto de pedidos de ressarcimento/restituição.
- (b) As retenções sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, são reconhecidas conforme informações prestadas pelas instituições financeiras.
- (c) As contribuições do PIS e da COFINS decorrem dos créditos apropriados sobre as aquisições de combustível e sobre a contratação de serviços, aluguel, entre outros. Os créditos são compensados mensalmente com os débitos apurados nas prestações de serviços ou trimestralmente com os débitos de outros tributos federais através de compensação via PER/DCOMP no prazo máximo de cinco anos. Nos últimos meses a Companhia se beneficiou de créditos de PIS/COFINS de exercícios anteriores.
- (d) O imposto sobre Valor Agregado, é consequência da compra de insumos para a operação das empresas Hidroviás del Paraguay, Pricolpar, Cikelsol, Baloto, Resflir, Hidroviás South America e Hidroviás Navegación Fluvial, sendo estas localizadas no Paraguai e Uruguai.



Hidrovias do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

8. Investimentos

Abaixo estão demonstradas a composição dos investimentos e equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 por empresa:

	Informações das entidades em 31/12/2024			Controladora			
	Participação no capital social %	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido	Investimento		Resultado de Equivalência	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controladas diretas							
Hidrovias do Brasil - Holding Norte S.A.	100,00%	1.207.489	(93.347)	1.207.489	1.263.504	(93.347)	109.640
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A.	100,00%	-	(275)	-	9.049	(275)	(672)
Hidrovias do Brasil - Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	100,00%	28.976	2.040	28.976	26.936	2.040	2.418
Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda.	100,00%	195.997	25.206	195.997	231.698	25.206	2.890
Via Grãos	100,00%	-	92	-	720	92	(70)
Hidrovias Del Sur S.A.	100,00%	585.348	(107.704)	585.348	569.024	(107.704)	45.001
Hidrovias Navegación Fluvial S.A.	95,00%	19.804	(208.094)	18.814	168.978	(197.689)	83.930
Hidrovias International Finance S.à.r.l.	100,00%	2.254	1.033	2.254	1.642	1.033	280
Hidrovias South America B.V.	100,00%	151.675	14.051	151.675	105.540	14.051	27.442
Controladas indiretas							
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.	0,85%	1.143.659	(42.873)	9.682	-	(363)	-
Baloto S.A.	3,46%	87.784	2.283	3.038	2.117	79	32
Pricolpar S.A	0,01%	128.362	(35.052)	13	14	(3)	(1)
Controlados em conjunto							
Baden S.A	50,00%	25.334	(90)	12.667	9.933	(45)	56
Mais valia de investimento							
Baden S.A – Mais-valia				2.010	2.176	(165)	(165)
Hidrovias South America B.V.– Mais-valia				-	5.086	(5.168)	(5.279)
Outros investimentos							
Contrato de concessão Baloto				4.570	4.976	(406)	(406)
Total dos investimentos				2.222.533	2.401.393	(362.664)	265.096



Hidrovias do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Informações das entidades em 31/12/2024			Consolidado			
	Participação no capital social %	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido	Investimento		Resultado de Equivalência	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controlados em conjunto							
Limday S.A.	44,55%	44.477	13.118	19.814	12.750	5.844	4.304
Obrinel S.A.	49,00%	182.124	4.704	89.241	66.848	2.305	1.207
Baden S.A.	50,00%	25.334	(90)	12.667	9.933	(45)	56
Ágio sobre investimentos							
Limday				8.854	7.519	(165)	(858)
Outros investimentos							
Contrato de concessão Baloto				4.570	4.976	(500)	(406)
Total dos investimentos				135.146	102.026	7.439	4.303

A composição e movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.113.283	109.592
Aumento / redução de capital	550	-
Ajuste de avaliação patrimonial - <i>Hedge</i>	100.079	-
Ajuste de avaliação patrimonial- resultado de conversão de moeda (CTA)	(67.615)	(7.407)
Adequação de participação societária	(10.000)	-
Dividendos	-	(4.462)
Resultado de equivalência patrimonial	265.096	4.303
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.401.393	102.026
Aumento / redução de capital	500	-
Ajuste de avaliação patrimonial - <i>Hedge</i>	(24.485)	-
Ajuste de avaliação patrimonial- resultado de conversão de moeda (CTA)	207.789	25.681
Resultado de equivalência patrimonial	(362.664)	7.439
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.222.533	135.146



Hidrovias do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das controladas diretas e indiretas:

	31 de dezembro de 2024				
	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) das empresas do período	Receitas líquidas
Controladas diretas					
Hidrovias Del Sur S.A.	729.378	144.030	585.348	(107.704)	-
Hidrovias Internacional Finance S.à r.l.	3.890.120	3.887.866	2.254	1.033	-
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A.	-	-	-	(275)	-
Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda. (c)	785.214	589.217	195.997	25.206	223.309
Hidrovias do Brasil - Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	31.661	2.685	28.976	2.040	15.676
Hidrovias South America B.V.	193.277	41.602	151.675	14.051	34.287
Hidrovias Navegación Fluvial S.A. (d)	971.023	951.219	19.804	(208.094)	183.422
Hidrovias do Brasil - Holding Norte S.A.	1.208.265	776	1.207.489	(93.347)	-
Via Grãos S.A.	-	-	-	92	-
Controladas indiretas					
Baloto S.A.	89.276	1.492	87.784	2.283	-
Girocantex S.A.	2.017.679	1.437.165	580.514	204.068	276.497
Hidrovias del Paraguay S.A.	303.032	109.585	193.447	(43.044)	143.140
Pricolpar S.A	243.649	115.287	128.362	(35.044)	39.445
Cikelsol S.A.	1.057.631	1.017.223	40.408	130.493	508.960
Resflir S.A.	99.201	69.133	30.068	3.731	12.027
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.	2.763.843	1.620.184	1.143.659	(42.873)	835.103
Hidrovias do Brasil – Administração Portuária de Santos S.A.	575.402	545.672	29.730	(48.168)	136.555



	31 de dezembro de 2023				
	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) das empresas do período	Receitas líquidas
<u>Controladas diretas</u>					
Hidroviás Del Sur S.A.	685.085	116.062	569.023	45.001	-
Hidroviás International Finance S.à r.l.	3.032.053	3.030.411	1.642	280	-
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A.	9.549	500	9.049	(672)	-
Hidroviás do Brasil - Cabotagem Ltda. (c)	754.681	522.983	231.698	2.890	209.606
Hidroviás do Brasil - Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	29.358	2.422	26.936	2.418	14.620
Hidroviás South America B.V.	133.935	28.395	105.540	27.442	142.277
Hidroviás Navegación Fluvial S.A. (d)	229.116	51.244	168.978	83.930	216.083
Hidroviás do Brasil - Holding Norte S.A.	1.200.490	937	1.199.553	109.640	-
Via Grãos S.A.	720	-	720	(70)	-
<u>Controladas indiretas</u>					
Baloto S.A.	68.303	2.581	65.722	918	-
Girocantex S.A.	1.717.989	1.080.730	637.259	28.566	528.968
Hidroviás del Paraguay S.A.	226.567	38.019	188.548	140.160	319.339
Pricolpar S.A	220.916	77.001	143.915	(1.803)	55.527
Cikelsol S.A.	782.882	850.141	(67.259)	(14.646)	185.022
Resflir S.A.	73.960	60.496	13.464	(3.301)	4.860
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A.	2.479.152	1.290.395	1.188.757	205.767	701.519
Hidroviás do Brasil – Administração Portuária de Santos S.A.	598.995	521.097	77.898	(28.177)	121.967



Hidrovias do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	Baden		Limday		Obrinel	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	10.568	6.694	26.836	17.207	42.824	20.066
Ativo não circulante	14.910	13.208	37.691	16.766	832.522	662.635
Total do ativo	25.478	19.902	64.527	33.973	875.346	682.701
Passivo circulante	144	35	5.302	5.354	68.717	293.380
Passivo não circulante	-	-	14.748	-	624.506	252.897
Patrimônio líquido	25.334	19.867	44.477	28.619	182.124	136.424
Total do passivo	25.478	19.902	64.527	33.973	875.347	682.701

	Baden		Limday		Obrinel	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	4.481	4.404	41.106	37.901	99.893	67.259
Custo e Despesas	(4.571)	(4.017)	(27.988)	(28.241)	(95.189)	(65.242)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(90)	387	13.118	9.660	4.704	2.017



9. Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada abaixo:

	Controladora					Total
	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	
Custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	583	511	395	8.250	-	9.739
Adições	-	-	-	247	1.225	1.472
Transferências	91	153	2	188	(434)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	674	664	397	8.685	791	11.211
Depreciação acumulada:						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(121)	(151)	(344)	(5.085)	-	(5.701)
Adições	(250)	(228)	(26)	(1.250)	-	(1.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(371)	(379)	(370)	(6.335)	-	(7.455)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	303	285	27	2.350	791	3.756
Taxa anual de depreciação - %	10-15	10-20	10-15	20-25	-	
	Controladora					Total
	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	
Custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	2	395	6.232	1.667	8.296
Adições	-	-	-	784	441	1.225
Transferências	583	509	-	1.234	(2.108)	218
Saldo em 31 de dezembro de 2023	583	511	395	8.250	-	9.739
Depreciação acumulada:						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(2)	(307)	(4.005)	-	(4.314)
Adições	(121)	(149)	(37)	(1.080)	-	(1.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(121)	(151)	(344)	(5.085)	-	(5.701)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	462	360	51	3.165	-	4.038
Taxa anual de depreciação - %	10-15	10-20	10-15	20-25	-	



	Consolidado									Total
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores, barcaças, navios	Imobilizado em andamento	
Custo:										
Saldo em 31 de dezembro de 2023	93.371	732.823	129.009	3.941	674.573	34.856	1.330	3.625.570	155.688	5.451.161
Adições	23.241	-	154	706	3.149	2.553	14	13.843	269.915	313.575
Baixas	-	-	(4.757)	(35)	(17.205)	(232)	(308)	(1.519)	(25.142)	(49.198)
Reversão (constituição) de <i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	(90.322)	1.798	(88.524)
Transferências	-	878	42.120	(1.239)	45.770	7.145	-	132.792	(220.173)	7.293
Ajuste de conversão	-	-	11.935	148	14.459	972	(115)	674.872	4.383	706.654
Saldo em 31 de dezembro de 2024	116.612	733.701	178.461	3.521	720.746	45.294	921	4.355.236	186.469	6.340.961
Depreciação acumulada:										
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(186.553)	(37.043)	(712)	(343.035)	(14.926)	(1.208)	(947.074)	-	(1.530.551)
Adições	-	(29.916)	(18.341)	(499)	(73.350)	(6.897)	(130)	(187.501)	-	(316.634)
Baixas	-	-	2.456	27	8.491	209	308	407	-	11.898
Transferências	-	-	797	32	(865)	36	-	-	-	-
Ajuste de conversão	-	-	(3.874)	(63)	(4.648)	(424)	122	(203.717)	-	(212.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(216.469)	(56.005)	(1.215)	(413.407)	(22.002)	(908)	(1.337.885)	-	(2.047.891)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	116.612	517.232	122.456	2.306	307.339	23.292	13	3.017.351	186.469	4.293.070
Taxa anual de depreciação - %	-	4-5	10-15	10-20	10-15	20-25	25-40	4-6	-	-



	Consolidado									
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores, barcaças, navios	Imobilizado em andamento	Total
Custo:										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85.452	713.637	98.617	1.996	634.469	23.456	1.587	3.373.344	468.838	5.401.396
Adições	-	-	1.092	547	5.020	2.512	-	14.433	258.443	282.047
Baixas	-	-	(511)	(210)	(3.814)	(50)	(56)	(4.961)	(9.322)	(18.924)
Transferências	7.919	19.186	33.360	1.827	42.189	9.110	-	441.105	(574.512)	(19.816)
Ajuste de conversão	-	-	(3.549)	(219)	(3.291)	(172)	(201)	(198.351)	12.241	(193.542)
Custo em 31 de dezembro 2023	93.371	732.823	129.009	3.941	674.573	34.856	1.330	3.625.570	155.688	5.451.161
Depreciação acumulada:										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(157.028)	(19.399)	(562)	(277.521)	(9.726)	(1.152)	(844.673)	-	(1.310.061)
Adições	-	(29.525)	(18.613)	(385)	(67.997)	(5.365)	(290)	(150.642)	-	(272.817)
Baixas	-	-	-	114	1.595	36	56	459	-	2.260
Ajuste de conversão	-	-	969	121	888	129	178	47.782	-	50.067
Depreciação acumulada em 31 de dezembro 2023	-	(186.553)	(37.043)	(712)	(343.035)	(14.926)	(1.208)	(947.074)	-	(1.530.551)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	93.371	546.270	91.966	3.229	331.538	19.930	122	2.678.496	155.688	3.920.610
Taxa anual de depreciação - %	-	4-5	10-15	10-20	10-15	20-25	25-40	4-6	-	-



Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Administração avaliou indicativos de *Impairment* em seus ativos, e exceto pela identificação de indícios de não recuperabilidade de um ativo de navegação utilizado para transporte de minério no Corredor Sul devido a mudanças estratégica com relação ao referido ativo, não identificou indícios de não recuperabilidade em seus demais ativos. Portanto, registrou no resultado do exercício o montante de R\$ 90.322 referentes a diferença entre o valor recuperável do ativo e seu valor contábil. A Companhia considerou o valor em uso do ativo como seu valor recuperável e utilizou em sua estimativa uma taxa de desconto que reflete a taxa média ponderada do custo de capital, equivalente a 11,6%. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício o montante de R\$ 1.798 referente a reversão de *impairment* de anos anteriores, devido a recuperabilidade dos ativos.

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC (unidade geradora de caixa).

Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia. A taxa de desconto real foi estimada com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC que variou entre 10,6% e 12,1%, (8,7% a 9,4%, em 31 de dezembro de 2023), dependendo de cada UGC analisada. Foi considerado uma taxa de crescimento consistente com a inflação de longo prazo estimada em 4% em cada UGC.

O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, bem como os fluxos de caixa foram estimados considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. O crescimento da receita projetada levou em consideração os contratos de "Take or Pay" de longo prazo. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação projetada para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e são atualizados pela taxa de inflação projetada.

10. Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível da controladora em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

	Controladora			
	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Custo:				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	75.826	1.645	6.958	84.429
Adições	220	-	10.088	10.308
Baixas	-	(1.642)	-	(1.642)
Transferências	2.061	-	(2.061)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	78.107	3	14.985	93.095
Amortização acumulada:				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(55.189)	(1.056)	-	(56.245)
Adições	(11.447)	(164)	-	(11.611)
Baixas	-	1.217	-	1.217
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(66.636)	(3)	-	(66.639)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	11.471	-	14.985	26.456
Taxa anual de amortização - %	20	(*)	-	-



	Controladora			
	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Custo:				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	62.265	1.645	20.722	84.632
Adições	36	-	7.320	7.356
Baixas	-	-	(7.341)	(7.341)
Transferências	13.525	-	(13.743)	(218)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	75.826	1.645	6.958	84.429
Amortização acumulada:				
Saldo em 31 de dezembro 2022	(44.918)	(892)	-	(45.810)
Adições	(10.271)	(165)	-	(10.436)
Saldo em 31 de dezembro 2023	(55.189)	(1.057)	-	(56.246)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	20.637	588	6.958	28.183
Taxa anual de amortização - %	20	(*)	-	-

A composição e movimentação do ativo intangível do consolidado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

	Consolidado						Total
	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	Intangível em andamento	Mais Valia	Outros	
Custo:							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	120.842	266.103	73.121	23.875	21.846	87	505.874
Adições	232	388	-	24.727	-	-	25.347
Baixas	(2.648)	(1.642)	-	(1.457)	-	(89)	(5.836)
Transferências	10.734	-	-	(18.027)	-	-	(7.293)
Ajuste de conversão	479	1.798	-	197	-	2	2.476
Saldo em 31 de dezembro de 2024	129.639	266.647	73.121	29.315	21.846	-	520.568
Amortização acumulada:							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(75.907)	(83.982)	-	-	(14.502)	(87)	(174.478)
Adição	(23.633)	(14.697)	-	-	(5.332)	-	(43.662)
Baixas	2.644	1.218	-	-	-	89	3.951
Ajuste de conversão	11	(1.011)	-	-	-	(2)	(1.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(96.885)	(98.472)	-	-	(19.834)	-	(215.191)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	32.754	168.175	73.121	29.315	2.012	-	305.377
Taxa anual de amortização - %	20-50	(*)	-	-	-	-	-



	Consolidado						Total
	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	Intangível em andamento	Mais Valia	Outros	
Custo:							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.910	258.885	73.121	34.999	21.846	94	476.855
Adições	36	-	-	16.955	-	-	16.991
Baixas	-	-	-	(7.343)	-	-	(7.343)
Transferências	33.510	7.022	-	(20.718)	-	-	19.814
Ajuste de conversão	(614)	196	-	(18)	-	(7)	(443)
Custo em 31 de dezembro 2023	120.842	266.103	73.121	23.875	21.846	87	505.874
Amortização acumulada:							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(57.798)	(67.476)	-	-	(9.139)	(94)	(134.507)
Adição	(18.473)	(16.514)	-	-	(5.363)	-	(40.350)
Ajuste de conversão	364	8	-	-	-	7	379
Saldo em 31 de dezembro 2023	(75.907)	(83.982)	-	-	(14.502)	(87)	(174.478)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	44.935	182.121	73.121	23.875	7.344	-	331.396
Taxa anual de amortização - %	20-50	(*)	-	-	-	-	-

(*) Amortização pelo prazo médio de 5 a 25 anos.

(a) **Ágio**

O ágio gerado na aquisição dos ativos e passivos da Log-In no valor de R\$ 73.121, pela controlada Cabotagem, foi fundamentado como rentabilidade futura das operações.

Em 31 de dezembro de 2024, utilizando a premissa de cálculo sobre os fluxos de caixa futuros projetados, no período do contrato de concessão e, aplicando a taxa de desconto, não foi identificada a necessidade de registro de estimativa de redução ao valor recuperável ("impairment").

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, os ágios foram alocados para a Unidade Geradora de Caixa Cabotagem.

O valor recuperável dessa UGC foi baseado no valor em uso, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir e os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação da Administração de tendências futuras em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

A taxa de desconto real foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital (WACC) para a UGC analisada é 9,5% em 31 de dezembro de 2024 (9,6% em 31 de dezembro de 2023). Foi considerado uma taxa de crescimento equivalente à inflação de longo prazo estimada em 4% na perpetuidade para a UGC analisada.

O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, bem como os fluxos de caixa foram estimados considerando 5 anos de projeção e o cálculo da perpetuidade com base no último fluxo projetado. O crescimento da receita projetada levou em consideração os contratos de longo prazo no modelo de "Take or Pay". O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação prevista para os próximos anos, conforme previsto nos contratos, e os custos variam conforme o volume realizado e são atualizados pela taxa de inflação projetada.

O valor recuperável estimado da UGC foi superior ao seu valor contábil, assim não foi identificada a necessidade de registro de provisão para impairment.



(b) **Contratos**

Como principais contratos da companhia no intangível são:

- Direito de exclusividade sobre empurrador e barcaça GNL, adquirido pela Girocantex S.A. com início em 30 de junho de 2023 e prazo de 5 anos, podendo ao vencimento ser um ativo da Companhia ou vendido para um terceiro no montante de USD 1.331 (R\$ 6.414).
- Contrato com a Alunorte adquirida pela controlada Hidroviás do Brasil - Cabotagem Ltda. em 23 de dezembro de 2017, com duração de 18 anos no montante de R\$ 161.293.
- Contrato de arrendamento do terminal portuários em Santos adquirido pela controlada Hidroviás do Brasil – Participação Administração Portuária de Santos S.A., com duração de 25 anos a partir da data de assunção de 3 de março de 2020, no montante de R\$ 112.500, líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 19.379, para a movimentação e a armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes e sais, localizado dentro do Porto de Santos. O valor do contrato é amortizado com base na vigência do contrato. O quadro abaixo demonstra a movimentação da obrigação constituída e reconhecida no balanço patrimonial na rubrica de Obrigação com Outorga, por conta da obrigação junto à Agência Nacional de Transportes Aquáticos (ANTAQ):

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	53.953
Pagamento	(21.176)
Atualização monetária	2.340
Realização do ajuste a valor presente	3.875
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38.992
Pagamento	(22.129)
Atualização monetária	1.432
Realização do ajuste a valor presente	3.876
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.171

11. Direito de uso e passivo de arrendamento

11.1 Direito de uso

A composição e movimentação do direito de uso em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

	Controladora	
	Imóveis	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	2.498	2.498
Constituição	250	250
Amortização	(954)	(954)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	1.794	1.794
Constituição ^(a)	3.093	3.093
Remensuração de Contrato ^(b)	(780)	(780)
Amortização	(1.086)	(1.086)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	3.021	3.021



	Consolidado		
	Imóveis	Embarcações, veículos e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	165.959	27.440	193.399
Constituição	1.191	20.930	22.121
Admissões temporárias ^(c)	-	28.170	28.170
Remensuração de contratos ^(b)	19.823	-	19.823
Baixas	(412)	(114)	(526)
Amortização	(13.753)	(22.082)	(35.835)
Efeitos de conversão	(194)	(484)	(678)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	172.614	53.860	226.474
Constituição ^(a)	3.093	45.336	48.429
Admissões temporárias ^(c)	-	3.719	3.719
Remensuração de contratos ^(b)	12.365	33.349	45.714
Baixas	-	(10.984)	(10.984)
Amortização	(7.857)	(51.836)	(59.693)
Efeitos de conversão	1.017	8.281	9.298
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	181.232	81.725	262.957

(a) Considera R\$ 3.093 referente ao direito de uso e passivo de arrendamento do escritório comercial, firmado junto à empresa Imaven Imóveis Ltda., empresa pertencente ao mesmo grupo econômico do acionista Ultrapar Logística Ltda.

(b) A respectiva linha é composta por correções monetárias de índices e renegociações de contratos (por exemplo: extensão de prazos etc.)

(c) Trata-se da permissão da permanência de bens estrangeiros no país, por prazo determinado, com suspensão de tributos ou com pagamento proporcional deles, em relação ao tempo de permanência.

11.2 Passivo de arrendamento

Abaixo a movimentação dos passivos de arrendamentos:

	Controladora	Consolidado
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	2.013	237.588
Constituição	3.093	48.429
Remensuração de contratos	(780)	45.714
Apropriação de encargos financeiros	79	23.659
Pagamento	(1.223)	(60.729)
Baixas	-	(13.296)
Efeitos de conversão	-	12.209
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	3.182	293.574
Circulante	749	50.231
Não circulante	2.433	243.343

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.498	230.524
Constituição	250	22.122
Remensuração de contratos	-	19.823
Apropriação de encargos financeiros	260	17.563
Pagamento	(995)	(50.757)
Baixas	-	(671)
Efeitos de conversão	-	(1.016)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.013	237.588
Circulante	994	28.979
Não circulante	1.019	208.609



Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	749	50.231
2026	578	37.787
2027	627	5.241
2028 em diante	1.228	200.315
Passivos de arrendamentos	3.182	293.574

11.3 Efeitos de inflação e Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar - divulgações requeridas pela CVM no ofício SNC/SEP 02/2019

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº02/19 e ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº01/20, com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, são apresentados a seguir os saldos comparativos do ativo de direito de uso líquido, passivo de arrendamento e juros do arrendamento, considerando a projeção da inflação, assim a Companhia estimou os efeitos de inflação nos contratos de arrendamento do Consolidado em 31 de dezembro:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Fluxo real		
Direito de uso	262.957	226.474
Total de direito de uso	262.957	226.474
Passivo de arrendamento	539.905	480.846
Encargos financeiros	(246.331)	(243.258)
Total do passivo de arrendamento	293.574	237.588
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	373.079	321.317
Total de direito de uso	373.079	321.317
Passivo de arrendamento	671.520	620.863
Encargos financeiros	(333.670)	(334.890)
Total do passivo de arrendamento	337.850	285.973

A seguir é apresentado quadro indicativo do Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido sobre os pagamentos das contraprestações de arrendamentos, calculados com base na alíquota de 9,25% de acordo com a legislação tributária brasileira para o período findo em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados a seguir:

Fluxo de caixa	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Nominal	Valor presente	Nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	539.905	293.574	480.846	237.588
PIS/COFINS potencial (9,25%)	49.941	27.156	44.478	21.977

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores registrados pelas controladas no Brasil	7.314	11.963	85.570	148.397
Fornecedores registrados pelas controladas no exterior	-	-	77.555	24.055
Total	7.314	11.963	163.125	172.452



13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

13.1 Composição da dívida

Descrição	Vencimento	Moeda	Índice	Controladora		Consolidado	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bond 2031	2031	USD	4,95%	-	-	2.333.184	1.832.375
Bond 2025	2025	USD	5,95%	-	-	942.208	737.196
1ª Emissão de Debêntures	2031	BRL	IPCA+6,0%	445.390	422.534	445.390	422.534
2ª Emissão de Debêntures	2029	BRL	CDI + 2,2%	526.600	529.239	526.600	529.239
BNDES	2033	USD	2,5% / 3,9%	-	-	520.553	460.420
FINEP	2032	BRL	TJLP + 1%	35.664	37.717	35.664	37.717
Notas de crédito de exportação	2026	BRL	4,99%	-	-	323	254
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures				1.007.654	989.490	4.803.922	4.019.735
Circulante				98.837	80.905	1.332.005	210.457
De 1 a 2 anos				197.500	-	266.477	779.563
De 2 a 3 anos				237.474	197.563	303.394	251.405
De 3 a 4 anos				319.974	231.604	485.636	285.193
De 4 a 5 anos				73.307	401.866	183.241	455.457
Mais de 5 anos				80.562	77.552	2.233.169	2.037.660
Não circulante				908.817	908.585	3.471.917	3.809.278

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	946.492	4.265.779
Captação	17.919	17.919
Juros	120.978	259.084
Adição custo captação	(228)	(228)
Amortização custo de captação	2.085	11.144
Pagamento de principal	-	(55.470)
Pagamento de juros	(97.756)	(271.340)
Efeito de conversão	-	(169.396)
Efeito de Hedge	-	(36.848)
Variação cambial	-	(909)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	989.490	4.019.735
Captação	-	-
Juros	114.549	285.533
Amortização custo de captação	2.337	12.323
Pagamento de principal	(2.487)	(61.964)
Pagamento de juros	(96.235)	(278.546)
Efeito de conversão	-	709.469
Efeito de Hedge	-	115.598
Variação cambial	-	1.774
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.007.654	4.803.922

13.1.1 Bonds 2025 e 2031

Em 24 de janeiro de 2018, a Companhia captou, através de sua subsidiária em Luxemburgo, um Bond no valor de USD 600.000 (R\$ 1.934.940), com vencimento em 24 de janeiro de 2025. O valor contabilizado está líquido do custo de captação de USD 5.100 (R\$ 16.305) e está sendo amortizado de acordo com a vigência do contrato. Parte dessa emissão foi recomprada com recursos de uma nova emissão conforme informado abaixo.

Em 8 de fevereiro de 2021, a Companhia, através da sua subsidiária em Luxemburgo, fez a emissão de um Bond no valor de USD 500.000 (R\$ 2.683.500), com vencimento em 8 de fevereiro de 2031. Os recursos dessa emissão foram usados para recomprar aproximadamente 75% do Bond 2025, emitido em 24 de



janeiro de 2018. O valor contabilizado está líquido do custo de captação USD 3.050 (R\$ 16.867) e está sendo amortizado de acordo com a vigência do contrato.

Os saldos reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 levam em consideração as recompras de Bonds realizadas pela Companhia em 2020 e 2022 (para maiores informações, vide nota explicativa nº 13.4).

13.1.2 Debêntures

Em 15 de outubro de 2021, a Companhia fez a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no montante total de R\$ 380.000 e prazo de vencimento de 7 anos contados da data de emissão para as debêntures da primeira série e 10 anos contados da data de emissão para as debêntures da segunda série. Os recursos captados com a emissão serão destinados para o projeto de implantação e adequação de infraestrutura do Terminal STS20 no Porto de Santos/SP.

Em 20 de julho de 2022, a Companhia fez sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no montante total de R\$ 500.000, e prazo de vencimento de cinco anos contados da data de emissão para as debêntures da primeira série e sete anos contados da data de emissão para as debêntures da segunda série. Os recursos captados com a emissão foram destinados para a otimização da estrutura de capital da Companhia.

13.1.3 Financiamentos - BNDES

Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia assumiu, através da sua controlada indireta HB Cabotagem, em negociação com a Log-In, o contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito com o BNDES, no valor total de USD 144.644 que eram equivalentes a R\$ 491.601, referente à aquisição de dois navios graneleiros, cujos pagamentos ocorrem mensalmente com a liquidação final prevista para 10 de março de 2033. Estão dados em garantia os ativos adquiridos denominados Tucunaré e Tambaqui.

13.1.4 Financiamentos - FINEP

Em dezembro de 2021, a Companhia, na qualidade de financiada, e a sua subsidiária Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A., na qualidade de interveniente executora, celebraram contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep (“Finep”), cujo objeto é o financiamento para projeto de inovação tecnológica, no valor total R\$ 37.719, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em setembro de 2021. A Companhia, em 26 de abril de 2022, recebeu a primeira parcela de referido financiamento, no valor total líquido de R\$ 19.548 e em 26 de maio de 2023 recebeu a segunda parcela no valor total líquido de R\$ 17.691.

13.1.5 Notas de crédito à exportação - NCE

Em 22 de março de 2018, a Companhia captou, através de suas subsidiárias Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A., NCEs (Nota de Crédito à Exportação) com o Banco Santander, no montante total de R\$ 1.120.734, sendo que os saldos atualizados em 31 de dezembro de 2024 são de R\$ 1.167.778 (R\$ 913.047 em 31 de dezembro de 2023), cuja nota possui pagamento de juros semestrais de 6,3% a.a., com vencimento em 21 de janeiro de 2025. O saldo expresso no quadro acima está líquido da respectiva aplicação financeira vinculada (CLN) no montante de R\$ 1.167.455 em 31 de dezembro de 2024 de (R\$ 912.794 em 31 de dezembro de 2023). Em maio de 2021, a Companhia aditou este contrato e a nota passou a ter juros de 4,99% a.a. e vencimento em 4 de fevereiro de 2026.

Tal operação está estruturada para, a qualquer momento, por mera liberalidade, ser liquidada com valores, títulos ou outros haveres cedidos em garantia. A referida nota é garantida integralmente por uma nota de crédito vinculada de igual valor, prazo e vencimento, contra a mesma contraparte. Ambos os instrumentos devem ser resgatados de maneira vinculada e a qualquer momento pela Companhia. Desta forma, e considerando que a Companhia dispõe de um direito legalmente executável para liquidar as transações pelo montante líquido e tem a intenção de assim fazer, o passivo e ativo financeiro estão sendo compensados para fins de apresentação nessas demonstrações financeiras.



13.2 Garantias

Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Companhia através de avais, notas promissórias ou depósitos em contas bancárias.

Os Bonds têm aval das empresas Hidroviás do Brasil S.A., Hidroviás del Sur S.A., Cikelso S.A., Pricolpar S.A., Hidroviás del Paraguay S.A., Girocantes S.A., Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A., e Hidroviás do Brasil – Holding Norte S.A.

13.3 Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas (“*covenants*”) financeiras contratuais atreladas à captação com o BNDES que podem em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Adicionalmente a Companhia possui *covenants* financeiros contratuais atrelados às Debêntures e Bonds que não aceleram a dívida em caso de descumprimento, mas restringem a Companhia de emitir novas dívidas e distribuir dividendos.

Covenant Financeiro atrelado ao contrato com o BNDES

A controlada HB Cabotagem possui os seguintes *covenants* financeiros calculados a partir das Demonstrações Financeiras da controlada: (i) manter o índice de capitalização maior ou igual a 25%. O índice de capitalização é dado pelo patrimônio líquido ajustado sobre ativo total. O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido excluindo as variações cambiais passivas e ativas; e (ii) manter o índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,3x. O ICSD é calculado a partir do EBITDA excluindo-se os efeitos de IR e CSLL e a variação do capital de giro (excluindo caixa e dívida) sobre o serviço da dívida e possui medição anual.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os *covenants* da controlada HB Cabotagem foram integralmente atingidos.

Covenant Financeiro atrelado aos contratos de Debêntures e Bonds

A Companhia, através dos empréstimos (i) 1ª e 2ª Emissões de Debêntures realizadas pela Controladora e (ii) Bond 2031 emitido pela subsidiária Hidroviás Internacional Finance, possui *covenants* financeiro de alavancagem (“dívida líquida sobre *EBITDA*”), calculado de forma consolidada e que deve ser menor que (a) 4,5x em 2022, (b) 4,0x entre 1º janeiro de 2023 até dezembro de 2023 e (c) 3,5x a partir 1º de janeiro de 2024 até a data de vencimento das respectivas emissões.

O não cumprimento do covenant não acelera o pagamento da dívida e não é considerado default. Contudo, a Companhia passa a ter restrições para captar novas dívidas além daquelas permitidas pelas cláusulas restritivas das Escrituras de Emissão e fica restrita ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios estabelecido pelo Estatuto Social. A Companhia não espera impactos em curto e médio prazos em suas operações e acredita que não precisará de empréstimos ou capital de giro adicionais aos já permitidos pelas cláusulas restritivas das Escrituras de Emissões das Debêntures e Bonds, para cumprir suas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não atingiu os índices mencionados, uma vez que, a alavancagem foi de 8,2x (em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não atingiu os índices mencionados, uma vez que a alavancagem foi de 4,4x).



13.4 Recompras de Bond

A Companhia realizou dois programas de recompra dos seus Bonds em momentos oportunos que seus títulos tiveram preço reduzido no mercado secundário. Estes programas não configuram uma oferta de recompra a mercado, mas possibilitam uma oportunidade a *bondholders* que eventualmente possam precisar de liquidez.

Recompras 2020

Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 27 de junho de 2018, foi aprovado um programa de recompras do Bond 2025 em um montante total de até USD 50.000 (R\$ 191.790).

Ao longo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia recomprou, através de sua subsidiária uruguaia, o valor agregado de USD 24.850 (R\$ 129.138) do principal em aberto do Bond 2025.

Estes títulos não foram cancelados até 31 de dezembro de 2024 sendo mantidos na tesouraria do Grupo, e, portanto, para fins de apresentação, não compõe o saldo de empréstimos e financiamentos.

Recompras 2022

Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de maio de 2022, foi aprovado um novo programa de recompras com recursos advindos da 2ª Emissão de Debêntures.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia, através de sua subsidiária em Luxemburgo (Hidrovias International Finance) recomprou:

- O valor agregado de USD 1.081 (R\$ 5.745) do principal em aberto do Bond 2025. Este montante foi integralmente cancelado no mercado;
- O valor agregado de USD 121.396 (R\$ 639.386) do principal em aberto do Bond 2031. Deste montante, USD 57.796 (R\$ 304.324) foram cancelados no mercado e USD 63.600 (R\$ 335.062) permanecem na tesouraria do Grupo, motivo pelo qual, mas para fins de apresentação, este montante não compõe o saldo de empréstimos e financiamentos.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para bônus e gratificações	12.343	16.308	30.377	36.579
Férias e encargos	5.401	5.237	18.737	17.512
INSS a recolher	1.046	2.737	5.470	11.059
IRRF a recolher	1.314	1.640	3.202	4.183
FGTS a recolher	359	328	1.299	1.194
Total	20.463	26.250	59.085	70.527



15. Processos judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo assuntos de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Com base nas informações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída esperada de recursos.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

	Controladora			Total
	Tributário	Trabalhista	Cível	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.808	-	-	6.808
Adições	-	75	-	75
Atualização	356	13	-	369
Pagamentos	-	-	-	-
Baixas	-	(35)	-	(35)
Ajuste de conversão	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.164	53	-	7.217
Adições	-	294	-	294
Atualização	292	17	-	309
Pagamentos	-	-	-	-
Baixas	(7.456)	(94)	-	(7.550)
Ajuste de conversão	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	270	-	270

	Consolidado			Total
	Tributário	Trabalhista	Cível	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.862	24.273	885	32.020
Adições	-	9.893	25.052	34.945
Atualização	356	2.935	72	3.363
Pagamentos	-	(10.652)	(25)	(10.677)
Baixas	(54)	(11.598)	(378)	(12.030)
Ajuste de conversão	-	(17)	-	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.164	14.834	25.606	47.604
Adições	88	8.121	2.018	10.227
Atualização	292	3.137	328	3.757
Pagamentos	-	(5.355)	(38)	(5.393)
Baixas	(7.544)	(10.055)	(546)	(18.145)
Ajuste de conversão	-	92	-	92
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	10.774	27.368	38.142

As provisões de processos cíveis estão relacionadas a pedido de tutela de evidência recebido em 2023 e pedidos de indenização por estadia onde a Companhia figura como corresponsável. Os processos trabalhistas têm como objeto pedidos relacionados especialmente ao adicional de navegação, além de processos de terceiros nos quais a Companhia ou suas controladas figuram como responsável solidária ou subsidiária.



15.1 Processos judiciais com risco de perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em outros processos de natureza tributária, cível, trabalhista e regulatória / ambiental, para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, classificou o risco de perda como possível e, portanto, uma vez que não é considerada provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar tais obrigações, nenhuma provisão foi constituída:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Tributário	319.982	203.630
Trabalhista	10.416	10.640
Cível	5.894	1.083
Regulatório/ Ambiental	5.208	1.269
Total	341.500	216.622

Trabalhista

Reclamações trabalhistas referentes a pleito de integração e pagamento de adicional de navegação, além de processos de terceiros nos quais a Companhia figura como responsável solidária ou subsidiária, que se encontram na esfera judicial ou administrativa, em fases processuais diversas.

Cível

Representado por ações com pedidos de indenização relativas à responsabilidade solidária a transportadoras rodoviárias cobrando a estadia no descarregamento.

Tributário

Processos judiciais e administrativos relacionados à taxa de trânsito e circulação de veículos de grande porte no município de Itaituba e apresentação de Relatório Analítico mensal da movimentação de caminhões carregados no município (Lei Municipal nº 3.534/2020). A controlada da Companhia defende que o contribuinte previsto na legislação é a pessoa física ou jurídica que utiliza veículos de grande porte para transitar carregado dentro do território municipal, ou seja, o proprietário da carga, sendo indevida a cobrança da controlada da Companhia. Nesse mesmo sentido, a Prefeitura de Itaituba permanece lavrando autos de infração, que são devidamente impugnados e que não tiveram ainda decisão administrativa proferida, com os seguintes desdobramentos ativos: (i) Mandado de Segurança em face da Prefeitura de Itaituba nº 0803412-32.2021.8.14.0024, com depósito no valor de R\$ 3.012; (ii) Execução fiscal recebida em junho de 2024 para cobrança de "Taxa de Controle", "Serviços Bancários" e "Multas Penais", relativas aos anos de 2021, 2022 e 2023, valores consubstanciados na CDA 4020/2024, no montante de R\$ 20.714; (iii) Processos administrativos instaurados a partir de impugnações a autos de infração lavrados sob o mesmo objeto do tópico anterior, cujos valores somados são R\$ 36.340 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 25.648 em 31 de dezembro de 2023).

Autos de infração lavrados a fim de interromper a prescrição de valores relacionados à exigência de ICMS em operações que fazem parte da cadeia de exportação, totalizando R\$ 236.094. O tema permanece em discussão judicial através do processo nº 0804185-23.2019.8.14.0000.

A Companhia e suas controladas possuem outros processos diversos de natureza tributária, classificados como perda possível, cujo montante estimado é de R\$ 26.834 (177.982 em 31 de dezembro de 2023).

Regulatório/Ambiental

Representado por ação civil pública proposta em 2016 solicitando o acréscimo de formalidades para revisão da concessão da licença ambiental de empresas da região, incluindo a Companhia.



15.2 Depósitos judiciais

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos tributários	37.626	32.383	84.102	69.423
Depósitos cíveis	-	-	1.373	24.125
Depósitos trabalhistas	-	-	-	32
Total	37.626	32.383	85.475	93.580

16. Partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 16.588 (R\$ 22.921 em 31 de dezembro de 2023), sendo referente a salários e benefícios variáveis dos quais R\$ 15.432 referem-se a benefícios de empregados de curto prazo (R\$ 22.016 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 1.157 a benefícios de assistência médica, seguro de vida e alimentação (R\$ 576 em 31 de dezembro de 2023).

b) Transações entre partes relacionadas

Os valores de partes relacionadas referem-se basicamente a transações financeiras sob condições contratuais, definidas internamente pela Companhia, suas controladas e demais partes relacionadas interessadas. As transações entre partes relacionadas, incluindo aquelas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa estão demonstradas abaixo:

	Controladora			
	Ativos		Passivos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Girocantex S.A. (a)	-	-	356	282
Hidrovias Del Sur S/A (b)	3.473	3.473	-	-
Hidrovias do Brasil – Interm. e Agenc. Serv. Ltda. (c)	-	35	-	1
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A (c)	4.971	4.945	611	385
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A. (c)	-	427	-	-
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. (c)	439	1.075	201	212
Hidrovias do Brasil – Participação Administração Portuária de Santos S.A. (d)	6.357	6.816	343	133
Hidrovias del Paraguay S.A	523	523	1	1
Pricolpar S.A.	-	-	2	2
Cikelsol S.A.	-	-	124	98
Resflir S.A.	207	207	-	-
Ultrapar Logística Ltda. (e)	-	-	500.000	-
Mútuo (f)	-	-	363.261	148.419
Total	15.970	17.501	864.899	149.533
Circulante	15.970	17.501	501.432	4.179
Não circulante	-	-	363.467	145.354

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Dividendos a receber	14.692	14.692	-	-
Total	14.692	14.692	-	-

Circulante	14.692	14.692	-	-
Não circulante	-	-	-	-

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mútuo a receber com joint venture (g)	6.372	4.982
Total	6.372	4.982



	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Receitas (despesas):		
Reembolso de despesas (h)	38.886	38.886
Variação cambial e juros sobre mútuo	(56.932)	(32.523)
Total	(18.046)	6.363

- (a) Refere-se a gastos reembolsáveis com estruturação do financiamento para um projeto de minério com a controlada indireta Girocantex no Brasil.
- (b) Refere-se a gastos reembolsáveis com sua controlada Hidrovias Del Sur relativo à aquisição de participação da Baloto.
- (c) A Companhia e algumas de suas controladas utilizam-se de serviços administrativos compartilhados, pessoal, recursos tecnológicos e infraestrutura, como: (i) custos de folha de pagamento, (ii) estrutura de TI/software, (iii) custos de aluguel e (iv) processamento de notas, contabilidade e auditoria, que são repassados entre as empresas do Grupo.
- (d) Refere-se a gastos com projeto de administração da sua controlada Hidrovias do Brasil – Participação Administração Portuária de Santos S.A.
- (e) Em 26 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do instrumento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") entre a Companhia e o acionista de referência Ultrapar Logística Ltda., no montante de R\$500.000, para fins de futura subscrição e integralização de capital da Companhia até março de 2025. O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foi realizado em 27 de dezembro de 2024.
- (f) Refere-se a mútuos obtidos com as controladas International Finance, Vila Conde e Hidrovias South America.
- (g) Mútuo concedido pela entidade Del Sur para empresa controlada em conjunto (joint venture) Obrinel.
- (h) Durante o período de 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia registrou recuperação de custos referente a despesas compartilhadas com as demais empresas do Grupo.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia está representado por 760.382.643 (760.382.643 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo o seu capital de R\$ 1.359.469 reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$ (24.885), assim totalizando o montante de R\$ 1.334.584, conforme composição a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	1.359.469	1.359.469
Custo na emissão de ações	(24.885)	(24.885)
Capital Social (líquido do custo de emissão de ações)	1.334.584	1.334.584

b) Reserva legal

De acordo com o previsto no art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.



c) Custo na emissão de ações

O saldo de custos na emissão de ações em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 24.885 (R\$ 24.885 em 31 de dezembro de 2023), conforme apresentado nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

d) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme Lei nº 6.404/76 art. 189, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e provisões para o imposto de renda.

e) Reserva Capital

São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou despesa no montante de R\$ 2.947 (R\$ 2.655 em 31 de dezembro de 2023) de ações outorgadas.

f) Outras reservas

São ajuste de avaliação patrimonial que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações que não são diretamente com os acionistas, como por exemplo ajustes acumulados de conversão sobre investimentos e ajuste de instrumentos financeiros não derivativos.

18. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no período, conforme quadro a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(621.699)	17.599
Média ponderada de ações básicas	760.383	760.383
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações básicas	(0,8176)	0,0231

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(621.699)	17.599
Média ponderada de ações diluídas	760.383	775.266
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações diluídas	(0,8176)	0,0227

O resultado por ação básico refere-se ao lucro líquido do período para os acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação.

O resultado por ação diluído é ajustado pelos valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui efeito de ações diluidoras que possam impactar o cálculo de lucro por ações diluídas.



19. Programas de incentivo de longo prazo

19.1 Programa de opção de compra de ações

Em 29 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo Plano de Outorga de Opções de Ações ("Novo SOP") e os participantes tomaram ciência no dia 15 de janeiro de 2024, que tem por objeto:

- i) Conceder aos Participantes selecionados pelo Conselho de Administração a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e
- ii) Permitir que os participantes selecionados pelo Conselho de Administração e que sejam, atualmente, participantes do Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de agosto de 2020 ("Plano 2020"), possam optar, a seu exclusivo critério, por substituir o direito à outorga de ações restritas a que façam jus nos termos do Plano 2020 por opções a serem outorgadas no âmbito deste Novo SOP, nos termos propostos pelo Conselho de Administração.

O plano é administrado pelo Conselho de Administração, sendo que os participantes do plano não deverão participar da administração dele. O Conselho de Administração aprovará anualmente, ou quando julgar conveniente, a outorga de opções, fixando o preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções. Cada opção dará direito ao participante de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos nos programas e nos respectivos contratos de opção.

O número máximo de opções que poderão ser outorgadas no âmbito do plano não poderá resultar na entrega de ações de emissão da Companhia superior a 4,12% das ações representativas do capital social total da Companhia (em bases totalmente diluídas, ou seja, considerando as ações a serem emitidas em decorrência do exercício de opções com base no Novo SOP e/ou a conversão de outros valores mobiliários conversíveis em ações em circulação) em cada data de outorga. Se qualquer opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações vinculadas a tais opções tornar-se novamente disponíveis para futuras outorgas de opções.

O preço a ser pago pelo participante à Companhia pelas ações que adquirir em decorrência do exercício de suas opções ("Preço de Exercício") será determinado pelo Conselho de Administração e, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior à média da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 30 (trinta) pregões anteriores que antecederem a data de outorga ou outra data de referência definida pelo Conselho de Administração. Exclusivamente para a primeira outorga de opções a ser realizada no âmbito do Novo SOP, o Conselho de Administração estabeleceu que serão outorgadas quantidades iguais de opções com 2 (dois) Preços de Exercício distintos e estabelecidos com base no preço de cotação das ações da Companhia na B3.

O preço de exercício da primeira outorga de opções será de R\$ 4,00 (quatro reais) aplicável à 50% das opções outorgadas; e de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) aplicável aos 50% remanescentes. As opções deverão ser exercidas pelos Participantes nos prazos definidos em cada um dos respectivos Contratos de Opção ("Prazo de Exercício"). O prazo de exercício será definido com base nas melhores práticas e tendências de mercado.

O reconhecimento contábil está sendo realizado à luz do CPC 10 / IFRS 2 e, portanto, no período das demonstrações financeiras foi reconhecido um gasto total de R\$ 2.947 no patrimônio líquido com contrapartida no resultado do período.



20. Compromissos e garantias

Como parte da estratégia de negócios, celebramos contratos de longo prazo com alguns dos nossos clientes, com requisitos mínimos de volume e tarifa pré-acordados e ajustados conforme contrato. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto.

A Companhia e suas controladas possuem alguns contratos de longo prazo nos corredores com os seguintes vencimentos:

Segmento	Vencimentos
Corredor Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato I - 25 anos a partir de maio 2014; • Contrato II - 13 anos a partir de março de 2014 (estendido para 2027); • Contrato III - 5 anos a partir de fevereiro de 2014 (estendido para dezembro de 2025); • Contrato IV - 10 anos a partir de 2014, até dezembro de 2024 (em negociação de renovação); • Contrato V - 3 anos a partir de 2024; • Contrato VI - 3 anos a partir de 2024;
Corredor Norte	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato I - 10 anos a partir de fevereiro de 2017 (estendido para 2029); • Contrato II - 10 anos a partir de 2016 (estendido para 2031); • Contrato III - 25 anos a partir de 2010 (adquirido em 2016); • Contrato IV - 4 anos a partir de 2021; • Contrato V - 3 anos a partir de 2022 (renovação de contrato 2018-2021); • Contrato VI - 4 anos a partir de 2024; • Contrato VII - 7 anos a partir de 2023;
Santos	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato I - 10 anos a partir de agosto de 2022; • Contrato II - 5 anos a partir de março de 2024; • Contrato III - 3 anos a partir de junho de 2024;

21. Receita líquida

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Receita com prestação de serviços	1.841.098	2.008.489
Total da receita de prestação de serviço bruta	1.841.098	2.008.489
Impostos sobre a receita bruta	(92.230)	(82.821)
Subtotal dos impostos	(92.230)	(82.821)
Realização do <i>Hedge Accounting</i>	(396.462)	(1.318)
Total da receita líquida	1.352.406	1.924.350

Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2024, há uma concentração de 40,52% da receita líquida total (60,42% em 31 de dezembro de 2023) em 2 clientes da Companhia, os quais representam individualmente mais de 10% da receita líquida consolidada. Nenhum outro cliente representa mais de 10% da receita líquida consolidada.



22. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários, encargos e benefícios	(56.404)	(53.926)	(366.106)	(334.828)
Depreciações e amortizações	(14.340)	(18.518)	(418.633)	(347.421)
Serviços de Informática	(9.231)	(9.144)	(22.487)	(23.036)
Manutenção	(160)	(57)	(94.219)	(57.953)
Combustível	-	-	(253.784)	(316.910)
Serviços de terceiros	(12.502)	(13.146)	(82.468)	(68.105)
Aluguéis	(486)	(240)	(18.413)	(46.383)
Viagens e Passagens	(4.335)	(3.959)	(14.053)	(11.634)
Amarradeiro	-	-	(27.064)	(25.641)
Copa e cozinha	(98)	(76)	(14.079)	(11.932)
Agenciadores	-	-	(23.211)	(23.466)
Operacionais e segurança	-	(78)	(39.201)	(35.067)
Taxas diversas	(1.838)	(1.073)	(59.283)	(38.602)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(1.965)	(3.322)
Processos judiciais	(1.842)	(58)	(4.193)	(28.387)
Pilotagem exterior	-	-	(42.376)	(37.278)
Seguros	(1.334)	(216)	(39.753)	(28.514)
Doações	-	-	(13.106)	-
Outras (despesas) receitas	(4.469)	2.302	(115.831)	(107.396)
Total	(107.039)	(98.189)	(1.650.225)	(1.545.875)
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	(1.345.997)	(1.242.478)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(1.965)	(3.322)
Gerais e administrativas	(107.039)	(98.189)	(302.263)	(300.075)
Total	(107.039)	(98.189)	(1.650.225)	(1.545.875)

(*) No consolidado, os ajustes referentes aos créditos de PIS/COFINS no Brasil e IVA no Paraguai e Uruguai, decorrentes dos pagamentos das parcelas de arrendamento, são registrados a crédito das despesas de depreciação do direito de uso e despesas financeiras. Nesse sentido durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, os montantes registrados na rubrica de depreciações e amortização estão líquidos dos créditos tributários mencionados no montante de R\$ 1.356 no Consolidado (R\$ 2.607 em 31 de dezembro de 2023).



23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Rendimentos financeiros de aplicações financeiras	3.715	3.606	44.364	27.137
Ganhos com investimento	-	176	16.053	18.302
Juros sobre outros ativos	4	501	6.632	3.860
Total	3.719	4.283	67.049	49.299
Despesas				
Juros sobre empréstimos, mútuos, outorga e arrendamento	(139.419)	(126.403)	(322.067)	(277.366)
Amortização custo de captação	(2.337)	(2.199)	(12.322)	(12.507)
Outras	(3.990)	(807)	(10.875)	(12.354)
Total	(145.746)	(129.409)	(345.264)	(302.227)
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Receita	68.213	31.728	68.213	31.728
Despesas	(41.849)	(75.464)	(41.849)	(75.464)
Total	26.364	(43.736)	26.364	(43.736)
Variações Monetárias e Cambiais, líquida				
Receita	15.190	9.457	425.977	291.537
Despesa	(31.715)	(3.484)	(366.956)	(315.420)
Total	(16.525)	5.973	59.021	(23.883)
Resultado financeiro líquido	(132.188)	(162.889)	(192.830)	(320.547)

24. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"), pela alíquota nominal de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros tributáveis que excederem R\$240 para o IRPJ e 9% para CSLL sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A que, em caso de lucro tributável no exercício, tem a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental.

Representamos na linha de incentivos fiscais da demonstração, todos os incentivos que foram usufruídos pela Companhia e que estavam vigentes até a data da elaboração das demonstrações financeiras.

O IRPJ e a CSLL são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A Companhia e suas controladas sediadas no Brasil, tem os seus tributos calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. As controladas no exterior estão sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.

Para o ano calendário 2024, a Companhia optou pela apuração do Lucro Real através da metodologia Anual. Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.



24.1 Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(602.106)	(1.683)	(562.305)	69.754
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à Alíquota Nominal	204.716	572	191.184	(23.716)
Ajustes Permanentes:				
Equivalência patrimonial	(121.354)	92.122	578	(1.893)
Lucro no exterior	(45.510)	(63.358)	(45.510)	(63.358)
Despesas Indedutíveis	(9.108)	(10.054)	(14.097)	(20.110)
Outros ajustes:				
Subvenção Governamental	-	-	27.960	18.497
Perda de Imobilizado (Venda ou Baixa)	-	-	(6.518)	(422)
Compensação de prejuízo fiscais de anos anteriores	-	-	-	11
Impostos diferidos s/ diferenças temporárias e prejuízos fiscais não reconhecidos	(52.638)	-	(72.374)	(9.595)
Diferença de alíquota na mensuração de impostos	-	-	(97.890)	62.737
Incentivos Fiscais	-	-	1.081	848
Impostos no Exterior	-	-	-	(12.449)
Outros Ajustes	4.302	-	(43.808)	(2.705)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(19.592)	19.282	(59.394)	(52.155)
Impostos correntes	4.302	-	(80.941)	(69.131)
Impostos diferidos	(23.894)	19.282	21.547	16.976
	(19.592)	19.282	(59.394)	(52.155)
Alíquota efetiva	3,25%	(1.145,69%)	10,56%	(74,77%)

24.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos em 2024 sobre os saldos acumulados de diferenças temporárias ou prejuízo fiscal, até 31 de dezembro de 2024, para a empresa Hidroviás do Brasil – Holding S.A., sendo esta controladora, e para as empresas Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A, Hidroviás do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda e Hidroviás do Brasil - Cabotagem Ltda., sendo estas controladas dessa Companhia. O valor dos impostos diferidos não constituídos, cuja natureza do cálculo é com base no prejuízo fiscal e base negativa, está acumulado em 31 de dezembro de 2024 em R\$ 52.638 para a controladora e R\$ 84.059 para o consolidado, para os quais não existem prescrição.

Em relação, as companhias Hidroviás do Brasil S.A., Hidroviás do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda. e Hidroviás do Brasil - Cabotagem Ltda., o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos à alíquota de 25% de IRPJ e 9% de CSLL, totalizando 34%, alinhado com a legislação vigente.

A rubrica de Variação Cambial é apresentada como consequência da adoção da tributação das variações cambiais pela metodologia de competência, exceto em relação a Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A., ao qual o efeito de tais ajustes no LALUR/LACS é o reconhecimento de ativo diferido na controlada Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A.



Parte dos Impostos Diferidos, no montante de R\$ 24.823, não foram reconhecidos no resultado, pois a Companhia e suas controladas possuem instrumento financeiro não derivativo, pelo qual a parcela correspondente do IRPJ e da CSLL diferidos é contabilizada em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados mensalmente, sendo movimentados conforme suas respectivas compensações ou caso sua realização não seja mais provável.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisão de bônus	4.195	5.541	6.219	7.718
Provisão de fornecedores	858	1.356	6.003	2.604
Provisões operacionais	100	102	771	2.946
Provisão para processos judiciais, trabalhistas e fiscais	92	2.454	5.682	8.302
Estimativa de perda do valor recuperável de ativos ("Impairment")	-	-	3.420	4.057
PIS e COFINS - Exigibilidade Suspensa	1.542	1.542	1.542	1.542
Demais diferenças temporárias	537	537	842	2.034
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar	29.149	29.149	43.619	29.157
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	15.417	169.054	109.713
Operações de arrendamento	39	90	1.396	767
Impostos ativos antes da compensação	36.512	56.188	238.548	168.840
Compensações de saldos passivos	(15.198)	(10.981)	(74.217)	(50.879)
Saldos líquidos apresentados no ativo	21.314	45.207	164.331	117.961
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Demais diferenças temporárias	4.217	-	8.998	3.996
Deságio - Ganho Proveniente de Compra Vantajosa	10.981	10.981	10.981	10.981
Dano patrimonial	-	-	33.941	35.902
Provisões de receita	-	-	20.297	-
Impostos passivos antes da compensação	15.198	10.981	74.217	50.879
Compensações de saldos ativos	(15.198)	(10.981)	(74.217)	(50.879)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	-	-

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	117.961	131.100
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	21.547	16.976
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	24.823	(30.115)
Saldo final	164.331	117.961



25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia administra os seus instrumentos financeiros através de estratégias operacionais com o objetivo de preservar o valor e a liquidez de ativos financeiros e garantir recursos financeiros que viabilizem o bom andamento de suas operações, bem como seus planos de expansões.

25.1 Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão segregados entre ativos e passivos financeiros classificados como:

- **Custo amortizado:** instrumentos financeiros mantidos com o objetivo de receber e cumprir com os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos, as perdas e as variações cambiais são contabilizadas no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** instrumentos financeiros realizados com a finalidade de recebimento e obrigação dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos instrumentos. As alterações no valor justo desses instrumentos são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de Instrumentos Financeiros". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação.
- **Valor justo por meio de outros resultados:** instrumentos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas provenientes das alterações no valor justo desses instrumentos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado do período em que ocorrem, independentemente de sua realização.

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi realizada de acordo com as premissas observáveis e não observáveis para cada classe de ativos e passivos financeiros, sendo classificada de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: Exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: Para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).



A classificação e nível de mensuração dos instrumentos financeiros estão demonstrados a seguir:

	Nível	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Valor justo - Controladora		Valor justo - Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos										
Valor justo por meio do resultado										
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	25.3	12.490	-	12.490	-	12.490	-	12.490	-
Custo amortizado										
Caixa e equivalentes de caixa	-	4	509.430	67.090	988.450	663.919	509.430	67.090	988.450	663.919
Títulos e valores mobiliários	-	5	-	1.063	82.857	166.548	-	1.063	82.857	166.548
Contas a receber de clientes	-	6	-	-	186.806	145.835	-	-	186.806	145.835
Créditos com partes relacionadas	-	16	15.970	17.501	6.372	4.982	15.970	17.501	6.372	4.982
Passivos										
Valor justo por meio do resultado										
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	25.3	11.063	45.344	11.063	45.344	11.063	45.344	11.063	45.344
Custo amortizado										
Fornecedores	-	12	7.314	11.963	163.125	172.452	7.314	11.963	163.125	172.452
Partes relacionadas	-	16	864.899	149.533	500.000	-	864.899	149.533	500.000	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	13	1.007.654	989.490	4.803.922	4.019.735	1.007.654	989.490	4.648.388	4.019.735
Passivos de arrendamentos	-	11.2	3.182	2.013	293.574	237.588	3.182	2.013	293.574	237.588



25.2 Gerenciamento de riscos

A utilização de instrumentos financeiros expõe a Companhia a diversos riscos operacionais e econômico-financeiros. Os riscos operacionais são mitigados através do modelo de gestão de negócio da Companhia, enquanto os riscos financeiros refletem:

- (i) Risco de flutuação de taxas de câmbio e de juros;
- (ii) Risco de inadimplência de clientes;
- (iii) Risco de crédito de instituições financeiras;
- (iv) Risco de liquidez.

A Companhia faz gestão dos riscos através de políticas internas e estratégias específicas com o propósito de mitigar ou reduzir suas exposições de fluxo de caixa e de redução do valor de seus ativos, através da Tesouraria, cuja qual é responsável pelo gerenciamento de riscos e pela avaliação e identificação de proteções contra riscos financeiros. O Conselho de Administração é responsável por aprovar as políticas internas e realizar a avaliação recorrente de exposição da Companhia.

A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital utilizado pela Administração.

25.2.1 Risco de crédito

É o risco da Companhia e suas controladas, sofrerem perdas financeiras caso uma contraparte não cumpra uma obrigação prevista em contrato. A Companhia está exposta principalmente em atividades operacionais através de seus recebíveis de clientes e atividades de investimento através de suas aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito no período em 31 de dezembro de 2024 eram:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	509.430	67.090	988.450	663.919
Contas a receber	-	-	186.806	145.835
Títulos e valores mobiliários	-	1.063	82.857	166.548
Total	509.430	68.153	1.258.113	976.302

25.2.1.1 Contas a receber de clientes

A Companhia avalia o perfil de crédito de cada novo cliente para realizar liberação de crédito. A análise de crédito efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são avaliados individualmente. As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência baseado na experiência histórica e informações prospectivas que auxiliam na definição do risco de crédito de cada cliente. Tais riscos de crédito são administrados em cada segmento da Companhia, por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito.

A Companhia tem registrado em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 13.466 (R\$ 9.008 em 31 de dezembro de 2023) correspondente a estimativa de perdas esperadas referente ao contas a receber, vide nota explicativa nº 6.



25.2.1.2 Instituições financeiras

O direcionamento estratégico da Companhia é tratado em reuniões do comitê executivo e supervisionado pelo Conselho de Administração. A alocação de capital em aplicações financeiras e títulos e valores imobiliários são direcionadas pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida a fim de reduzir o seu risco financeiro e, portanto, restringe a exposição às instituições financeiras de primeira linha, com classificação *investment grade* pelas agências de risco amplamente aceitas no mercado, além de reduzir o risco por meio da diversificação das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2024 o rating das contrapartes eram:

	Rating Local	Rating Global
Santander	brAAA	BB
Itaú	AAA	BB+
XP	AAA	BB
Banco do Brasil	BB	BB
JP Morgan	-	AA-
BTG Pactual	AAA	BB

25.2.2 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do seu plano estratégico. Nesse contexto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias mesmo que apresentem capital circulante líquido negativo, não comprometem a sua liquidez, uma vez que pode executar transações no mercado que estejam em linha com a estratégia de gerenciamento de passivos da companhia, que visa a melhoria do perfil de amortização e do custo da dívida.

A tabela a seguir resume os passivos financeiros e arrendamentos a pagar da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, classificados por faixas de vencimento:

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	163.125	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	1.332.005	266.477	303.394	2.902.046
Passivo de arrendamento (*)	50.231	37.787	5.241	200.315
Instrumento financeiro derivativo	-	-	-	11.063

(*) O valor possui juros contratuais conforme abertura das Notas Explicativas nº 11 e nº 13.

25.2.3 Risco de taxas de câmbio

A Companhia possui exposição de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia em suas operações, decorrente principalmente da parcela do Bond destinada à operação do corredor norte e as operações e financiamento da HB Cabotagem. A Companhia possui uma parte substancial de suas receitas no segmento Cabotagem expostos ao Dólar, enquanto os seus custos estão atrelados substancialmente ao Real.

A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, compartilhadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos seus propósitos originais.



Para reduzir a exposição cambial, a Companhia utiliza instrumentos financeiros para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado. Os ativos e passivos expostos à moeda estrangeira convertidos para Reais, estão demonstrados abaixo:

	Nota explicativa	Moeda	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4	USD	-	-	304.892	391.470
Títulos e valores mobiliários	5	USD	-	-	61.804	105.023
Contas a receber de clientes	6	USD	-	-	84.606	55.485
Partes relacionadas	16	USD	-	-	6.372	4.982
Total ativos			-	-	457.674	556.960
Passivos						
Fornecedores	12	USD	-	-	(79.415)	(85.018)
Partes relacionadas	16	USD	(127.519)	(91.639)	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	USD	-	-	(3.796.268)	(3.030.245)
Passivos de arrendamentos	11.2	USD	-	-	(79.196)	(17.526)
Total passivos			(127.519)	(91.639)	(3.954.879)	(3.132.789)
Instrumentos derivativos	25.3	USD	303.645	251.810	303.645	251.810
Posição líquida ativa (passiva) - total			176.126	160.171	(3.193.560)	(2.324.019)
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido			-	-	(3.508.675)	(2.577.156)
Posição líquida passiva – efeito no resultado			176.126	160.171	315.115	253.137

Análise de sensibilidade de exposição cambial

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos instrumentos financeiros aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários distintos.

O cenário provável considera as taxas de juros futuros observadas na data-base das demonstrações financeiras e os cenários possível e remoto consideram deterioração de 5% e melhora de 5%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O cálculo foi realizado através da projeção de índices de dólar futuro para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário. As tabelas abaixo indicam os índices considerados para a análise de viabilidade e o efeito desta no resultado:

	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Efeito no resultado	16.358	6.888	25.829
Efeito no patrimônio líquido	237.536	100.023	375.049
	253.894	106.911	400.878



25.2.4 Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue. Devido a variações nas taxas de juros de mercado, a Companhia possui exposição no valor justo dos fluxos de caixa futuros de seus instrumentos financeiro. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, à financiamentos de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Para gerenciar esse risco, a Companhia contrata swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros fixas e variáveis calculados com base no valor do principal nominal acordado entre as partes. Esses swaps pretendem dar cobertura (*hedge*) às obrigações de dívida.

Os ativos e passivos expostos às taxas de juros flutuantes, estão demonstrados abaixo:

	Nota explicativa	Índice	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4	CDI	509.430	67.090	683.558	272.449
Títulos e valores mobiliários	5	SELIC/CDI	-	1.063	21.053	61.525
Contas a receber de clientes	6	CDI	-	-	102.200	115.403
Total ativos			509.430	68.153	806.811	449.377
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	IPCA/TJLP/CDI	(1.007.654)	(989.490)	(1.007.654)	(989.490)
Total passivos			(1.007.654)	(989.490)	(1.007.654)	(989.490)
Instrumentos derivativos	25.3	CDI/IPCA	(302.218)	(297.155)	(302.218)	(297.155)
Posição líquida ativa (passiva) total Efeito no resultado			(800.442)	(1.218.492)	(503.061)	(837.268)



Análise de sensibilidade de taxa de juros

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos instrumentos financeiros aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários distintos.

O cenário provável considera as taxas de juros futuros observadas na data-base das demonstrações financeiras e os cenários possível e remoto consideram deterioração de 5% e melhora de 5%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O cálculo foi realizado através da projeção dos índices aplicáveis para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário. As tabelas abaixo indicam os índices considerados para a análise de viabilidade e o efeito desta no resultado:

	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Efeito no resultado	(11.202)	(14.399)	(8.005)
	(11.202)	(14.399)	(8.005)

25.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, e a Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A Companhia mensura valor justo dos contratos de derivativos a cada data de divulgação, cujo qual pode diferir dos fluxos de caixa efetivos em caso de liquidação antecipada devido aos spreads bancários e às condições de mercado vigentes no momento da negociação. Os valores divulgados são estimativas baseadas em fatores de mercado, com dados fornecidos por terceiros, avaliados internamente e comparados com os cálculos das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge accounting*.

A posição de instrumentos financeiros derivativos contratados, bem como os valores dos ganhos (perdas) que afetam o resultado da Companhia estão demonstrados abaixo:

Produto	Taxas contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional) 31/12/2024	Valor justo em 31/12/2024		Ganhos (perdas) em 31/12/2024 Resultado
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo	
Swap cambial	USD + 4,95%	106,1% DI	fev/31	USD 25.000	6.893	-	28.807
Swap cambial	USD + 4,95%	107,9% DI	fev/31	USD 25.000	5.597	-	29.027
Swap de juros	IPCA + 6,0%	92,3% DI	Out/28	R\$ 280.000	-	(7.667)	(7.667)
Swap de juros	IPCA + 6,0%	92,6% DI	Out/31	R\$ 100.000	-	(3.396)	(3.396)
Total					12.490	(11.063)	46.771

Produto	Taxas contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional) 31/12/2023	Valor justo em 31/12/2023		Ganhos (perdas) em 31/12/2023 Resultado
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo	
Swap cambial	USD + 4,95%	106,1% DI	fev/31	USD 25.000	-	(21.914)	(8.703)
Swap cambial	USD + 4,95%	107,9% DI	fev/31	USD 25.000	-	(23.430)	(8.687)
Total					-	(45.344)	(17.390)



25.4 Hedge Accounting

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verifica ao longo de toda a duração do hedge a sua eficácia bem como suas alterações de valor justo. A Companhia designa como hedge de fluxo de caixa para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio, instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”.

Os objetos protegidos e os instrumentos de hedge apresentam alta correspondência, visto que os instrumentos contratados possuem características equivalentes às transações consideradas como objeto de proteção. A Sociedade e suas controladas designaram um índice de cobertura para as transações com designação de hedge accounting, uma vez que os riscos subjacentes dos instrumentos de hedge são correspondentes aos riscos dos objetos protegidos.

A Companhia descontinua a contabilização de hedge quando o instrumento de hedge é liquidado, o item protegido deixa de existir ou o hedge não atende mais aos requisitos de Contabilidade de Hedge devido à ausência de relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia através de suas controladas possuía duas operações designadas para contabilidade de hedge de fluxo de caixa, conforme demonstrado abaixo:

Hedge Accounting – Vila do Conde

A Companhia definiu como risco a ser protegido, a variação cambial de parte de suas receitas futuras provenientes de um contrato de fretamento marítimo na modalidade *Take or Pay*, fixado em dólar norte-americano, originado por sua controlada indireta Girocantex através de um contrato de longo prazo.

A Companhia também está exposta, por meio de sua subsidiária Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A., à variação cambial decorrente das Notas de Crédito à Exportação (NCEs) emitidas pelo Banco Santander em 22 de março de 2018, no montante original de USD 342.000 (R\$ 1.120.734). Em 31 de dezembro de 2024 USD 188.595 (R\$ 1.014.794) e USD 188.595 (R\$ 913.047) em 31 de dezembro de 2023, com juros contratuais de 4,99% a.a. e vencimento em 4 de fevereiro de 2026. Essa transação teve origem com a emissão de Bond 2025 no valor original de USD 600.000 (R\$ 2.125.440) e prazo de vencimento de sete anos, a partir de 2 de maio de 2018 e foi aditada a partir da recompra do Bond 2025 (*Tender Offer*) na emissão do Bond 2031 em fevereiro de 2021.

Tanto as receitas (“objeto”) em moeda estrangeira quanto a dívida (“instrumento”) decorrente das NCEs acima mencionadas estão expostas a risco de mesma natureza e, dessa forma, o risco cambial das receitas futuras estariam naturalmente cobertos pelo risco cambial das dívidas. No entanto, apesar da cobertura econômica do risco de variação cambial, o resultado da Companhia é impactado pelo descasamento temporal entre o reconhecimento contábil da receita e da dívida. Dessa forma, a Companhia utilizou parte do valor do principal da NCE emitida em USD como um instrumento de *hedge* para proteção de parte de sua receita futura em USD, considerada altamente provável.

Mensalmente a variação cambial da dívida é reconhecida em outros resultados abrangentes, em reserva de *hedge* de fluxo de caixa e é reclassificada como ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado, ou seja, no reconhecimento efetivo da receita.

A efetividade do *hedge* é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de *hedge* que compensam as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de *hedge* ocorrerá na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de *hedge* são maiores ou menores do que aquelas do item protegido.



O instrumento de *hedge accounting* é uma parte do valor principal da NCE emitida pelo Banco Santander e o objeto protegido no mesmo limite do instrumento designado para operação, conforme demonstrado abaixo:

Objeto de <i>hedge</i>	Risco protegido	Período de proteção	Valor principal em USD	Valor do instrumento de proteção em USD
Variação cambial de parte de suas receitas futuras	Taxa câmbio Reais - USD	05/2018 a 01/2025	244.520	244.520

A efetividade do *hedge* é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de *hedge* que compensam as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de *hedge* ocorrerá na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de *hedge* são maiores ou menores do que aquelas do item protegido.

Hedge Accounting – Cabotagem

Para estruturar a operação, a Companhia definiu como risco a ser protegido, a variação cambial de parte de suas receitas futuras provenientes de um contrato de longo prazo de prestação de serviços, fixado em Dólar norte-americano. A Companhia também está exposta à variação cambial decorrente de empréstimos em moeda estrangeira.

Tanto as receitas (“objeto”) em moeda estrangeira quanto as dívidas (“instrumentos”) estão expostas a riscos de mesma natureza e, dessa forma, o risco cambial das receitas futuras estariam naturalmente cobertos pelo risco cambial das dívidas. No entanto, apesar da cobertura econômica do risco de variação cambial, o resultado da Companhia é impactado pelo descasamento temporal entre o reconhecimento contábil da receita e da dívida. Dessa forma, a Companhia utilizará o valor do principal do empréstimo em USD como um instrumento de *hedge* para proteção de parte de sua receita futura em USD, considerada altamente provável.

Mensalmente a variação cambial da dívida é reconhecida em outros resultados abrangentes, em reserva de *hedge* de fluxo de caixa e é reclassificada como ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado, ou seja, no reconhecimento efetivo da receita.

A efetividade do *hedge* é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de *hedge* que compensam as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de *hedge* ocorrerá na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de *hedge* são maiores ou menores do que aquelas do item protegido.

O instrumento de *hedge accounting* é o valor principal da dívida em moeda estrangeira contraída junto ao BNDES e o objeto protegido no mesmo limite do instrumento designado para operação, conforme demonstrado abaixo:

Objeto de <i>hedge</i>	Risco protegido	Período de proteção	Valor principal em USD	Valor do instrumento de proteção em USD
Variação cambial de parte de suas receitas futuras	Taxa Câmbio Reais - USD	04/2018 a 09/2032	142.807.564	142.807.564



25.4 Gestão de capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada.

A exposição líquida da Companhia para a relação do patrimônio líquido no final de 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total dos passivos circulante e não circulante	(1.934.243)	(1.243.386)	(6.218.613)	(4.865.526)
Caixa e equivalentes de caixa	509.430	67.090	988.450	663.919
Títulos e valores mobiliários	-	1.063	64.826	150.001
Títulos e valores mobiliários (não circulante)	-	-	18.031	16.547
(Insuficiência) sobra líquida de caixa	(1.424.813)	(1.175.233)	(5.147.306)	(4.035.059)
Patrimônio líquido	948.075	1.383.521	948.075	1.383.521
Relação entre patrimônio e a (Insuficiência) sobra líquida de caixa	(67%)	(118%)	(18%)	(34%)

26. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando a cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas instalações operacionais, embarcações e barcas bem como danos ambientais e responsabilidade civil para danos materiais, corporais e/ou morais. A importância segurada em 31 de dezembro de 2024:

Riscos operacionais	31/12/2024 Limite Máximo
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendavais e alagamentos em R\$	9.700
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendavais e alagamentos em USD	4.160
Riscos cibernéticos em R\$	10.000
Casco e Máquina (embarcações a casco nu) - apólices em R\$	1.286.834
Casco e Máquina (embarcações a casco nu) - apólices em USD	436.387
Responsabilidade Civil	31/12/2024 Limite Máximo
Seguro P&I - apólices em USD	309.591
Ambiental - apólices em R\$	40.000
Operador Portuário Norte - apólices em USD	30.000
Operador Portuário Santos - apólices em R\$	120.000



27. Informação por segmento

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para movimentação e transporte hidroviário. Com objetivo de proporcionar a intermodalidade aos clientes, a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, terminais portuários e armazenagem. Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. Importante destacar que o Corredor Sul é composto pelas entidades no exterior, exceto pela entidade localizada em Luxemburgo que está alocada no Corporativo por ser uma entidade estruturada para captação dos Bonds.

O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional, com exceção dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

Corredor Norte

O Brasil é um dos principais produtores mundiais de grãos, como soja e milho, e a região norte do país desempenha um papel significativo nesse setor. A logística de transporte de grãos é essencial para movimentar a produção das áreas produtoras até os centros de processamento e exportação. O Sistema Norte é uma das principais operações da Companhia, com atuação no Estado do Pará. Oferecem serviços de logística integrada para movimentação de produtos por meio de armazenamento e navegação fluvial. A Hidroviás do Brasil está presente no Arco Norte com a estrutura para atender a demanda de seus clientes.

Corredor Sul

No Sistema Sul, é utilizado a hidrovia Paraguai-Paraná para transportar como commodities agrícolas, minérios, fertilizantes, celulose e dentre outros.

Cabotagem

A Cabotagem explora o potencial navegável ao longo da costa do continente para o transporte inter-portuário, oferecendo soluções personalizadas e ativos exclusivos. A navegação costeira é otimizada pelo sistema fluvial composto pelos rios Trombetas, Tapajós e Amazonas, facilitando o escoamento da bauxita da Região Norte do Brasil.

Atualmente, as operações de cabotagem são conduzidas para contratos de longo prazo e demandas pontuais, proporcionando negociações flexíveis. A Companhia desenvolve projetos sob medida para atender às necessidades específicas de cada cliente.

Santos

A operação de Santos é responsável por receber, armazenar e expedir granéis sólidos minerais (sal e fertilizantes). Considerando que o Brasil tem uma tendência a importar fertilizantes, grande parte deles chegam pelos portos, sendo um dos principais o de Santos.



27.1 Resultado por segmentos operacionais

Abaixo detalhamos o resultado da Companhia por segmento:

	Saldos em 31 de dezembro												Consolidado	
	Corredor Norte		Corredor Sul		Cabotagem		Santos		Outros ⁽¹⁾		Eliminações			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita líquida de serviços	847.167	751.314	184.532	981.990	223.309	209.606	136.555	121.967	-	-	(39.157)	(140.527)	1.352.406	1.924.350
Receitas	847.167	751.314	518.697	824.885	246.450	227.502	136.555	121.967	-	-	-	-	1.748.869	1.925.668
Partes relacionadas	-	-	39.157	140.527	-	-	-	-	-	-	(39.157)	(140.527)	-	-
Receita - Hedge Accounting	-	-	(373.322)	16.578	(23.141)	(17.896)	-	-	-	-	-	-	(396.463)	(1.318)
Custo dos serviços prestados	(344.467)	(318.492)	(430.052)	(552.146)	(142.763)	(150.458)	(65.877)	(52.755)	-	-	8.041	122.321	(975.118)	(951.530)
Custos Operacionais	(336.426)	(309.116)	(430.052)	(439.201)	(142.763)	(150.458)	(65.877)	(52.755)	-	-	-	-	(975.118)	(951.530)
Partes relacionadas	(8.041)	(9.376)	-	(112.945)	-	-	-	-	-	-	8.041	122.321	-	-
Despesas operacionais	(63.606)	(84.626)	(63.384)	(59.315)	(8.736)	(4.893)	(26.812)	(13.148)	(93.944)	(86.205)	8	-	(256.474)	(248.187)
Depreciação e amortização	(160.183)	(141.733)	(175.617)	(122.904)	(44.811)	(38.766)	(40.207)	(37.799)	(14.340)	(12.750)	16.525	7.794	(418.633)	(346.158)
Depreciação e amortização (custo)	(146.663)	(121.812)	(172.793)	(108.643)	(37.940)	(31.145)	(35.749)	(29.959)	-	-	22.265	12.298	(370.880)	(279.261)
Depreciação e amortização (despesa)	(13.520)	(19.921)	(2.824)	(14.261)	(6.871)	(7.621)	(4.458)	(7.840)	(14.340)	(12.750)	(5.740)	(4.504)	(47.753)	(66.897)
(Perdas) reversão por impairment	1.798	-	(90.322)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(88.524)	-
Outras Despesas/receitas	(12.924)	249	8.784	9.478	15.082	3.521	(1.290)	(21)	(216)	(5.701)	(7)	-	9.429	7.526
Resultado financeiro	55.434	(24.370)	(98.336)	(76.885)	(11.915)	(12.618)	(50.554)	(46.421)	(129.353)	(161.995)	41.894	1.741	(192.830)	(320.548)
Equivalência patrimonial	-	(264)	3.343	9.889	-	-	-	-	(362.664)	265.178	366.760	(270.501)	7.439	4.302
Imposto de renda	(26.714)	(55.307)	(7.675)	(12.449)	(4.963)	(3.682)	16	-	(20.058)	19.282	-	-	(59.394)	(52.156)
Lucro (Prejuízo) do período	296.505	126.771	(668.727)	177.658	25.203	2.710	(48.169)	(28.177)	(620.575)	17.809	394.064	(279.172)	(621.699)	17.599

⁽¹⁾ A coluna "Outros" é formada pela controladora Hidroviás do Brasil S.A. e pelas controladas Hidroviás International Finance S.à.r.l. e Via Grãos S.A.



27.2 Contas patrimoniais por segmentos operacionais

	31 de dezembro de 2024						Consolidado
	Corredor Norte	Corredor Sul	Cabotagem	Santos	Outros	Eliminações	
Ativo circulante	369.527	962.941	166.386	56.300	810.312	(658.248)	1.707.218
Ativo não circulante	2.166.058	2.663.599	618.828	519.102	5.962.127	(6.470.244)	5.459.470
Total do ativo	2.535.585	3.626.540	785.214	575.402	6.772.439	(7.128.492)	7.166.688
Passivo circulante	264.202	810.169	132.495	58.643	1.791.468	(666.300)	2.390.677
Passivo não circulante	1.085.090	2.170.651	456.722	487.029	4.030.640	(4.402.196)	3.827.936
Patrimônio líquido	1.186.293	645.720	195.997	29.730	950.331	(2.059.996)	948.075
Total do passivo e patrimônio líquido	2.535.585	3.626.540	785.214	575.402	6.772.439	(7.128.492)	7.166.688

	31 de dezembro de 2023						Consolidado
	Corredor Norte	Corredor Sul	Cabotagem	Santos	Outros	Eliminações	
Circulante	458.868	656.817	183.924	58.800	272.757	(291.232)	1.339.934
Não circulante	1.814.902	2.255.907	570.756	540.195	5.386.922	(5.659.569)	4.909.113
Total do ativo	2.273.770	2.912.724	754.680	598.995	5.659.679	(5.950.801)	6.249.047
Passivo circulante	239.929	301.600	119.832	81.210	187.363	(201.787)	728.147
Passivo não circulante	808.463	1.755.811	403.150	439.887	4.086.433	(3.356.366)	4.137.378
Patrimônio líquido	1.225.378	855.313	231.698	77.898	1.385.883	(2.392.648)	1.383.522
Total do passivo e patrimônio líquido	2.273.770	2.912.724	754.680	598.995	5.659.679	(5.950.801)	6.249.047



28. Subvenção, assistências governamentais e outros benefícios

A Companhia goza de benefícios, conforme pode ser observado abaixo:

Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”)

O AFRMM é um benefício disponível a todas as empresas brasileiras de navegação costeira que operam com embarcação própria ou afretada, sendo regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor. A Companhia recebe integralmente o adicional de 8,0% na navegação e com isenções pontuais que variam de acordo com a região da navegação (isenção concedida até 08/01/2027 para navegação interior e cabotagem nas regiões Norte e Nordeste). Esses recursos são restritos e utilizados exclusivamente na construção, docagem, reparo, manutenção de embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações.

Apesar da isenção de recolhimento por parte do consignatário da carga, a legislação permite a utilização dos recursos do fundo de arrecadação pelas empresas brasileiras de navegação.

O AFRMM foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004. Com as alterações realizadas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM transferiram a responsabilidade à Receita Federal do Brasil (RFB).

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a companhia reconhece os benefícios do AFRMM no grupo de outras receitas (despesas) operacionais, sendo o impacto de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$5.114 (31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 4.351).

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (“SUDAM”)

A SUDAM é um incentivo fiscal concedido à pessoa jurídica proprietária de um projeto de desenvolvimento de infraestrutura que promova o desenvolvimento econômico, além de estar plenamente estabelecida nos estados abrangidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (incluindo o estado do Pará). Esse benefício proporciona uma redução de 75% do imposto de renda (25% a 6,25%) por um período de 10 anos, e é regulamentado pelo Decreto 4.212/2002.

Em 2018, a empresa Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A obteve este incentivo, a qual apresentando Lucro Tributário, tem a possibilidade de se beneficiar da redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração. Durante a vigência do benefício a Companhia é obrigada a constituir reserva de incentivo fiscal pelo montante equivalente ao imposto de renda não recolhido.

No período findo em 31 de dezembro de 2024 o valor do incentivo gerado foi de R\$ 22.846 (31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 12.962).

Diferimento do ICMS

A controlada Hidroviás do Brasil Cabotagem Ltda. usufrui do diferimento do ICMS sobre as operações de serviço de transporte no estado do Pará.

29. Itens que não afetam o caixa

Durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 27.273 (R\$ 27.383 em 31 de dezembro de 2023), referente a contas a pagar a fornecedores por aquisição de imobilizados e intangíveis, não impactou o caixa da Companhia e suas controladas e, portanto, não foram consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidado.



30. Eventos subsequentes

a. Emissão de debêntures pela Hidroviás do Brasil S.A.

Em 15 de janeiro de 2025, a controladora Hidroviás do Brasil S.A, efetuou sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160 de 2022, da Lei nº 6.385/1976, no montante total de R\$400.000, com vencimento em 15 de julho de 2026, a um custo de CDI + 1,50%.

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53

NIRE 35.300.383.982

ANEXO A

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos exames efetuados e considerando a minuta do relatório, sem ênfases ou ressalvas, apresentado pela Ernest & Young Auditores Independentes ("Auditores Independentes"), bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal manifesta seu entendimento de que as demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, em todos os aspectos relevantes, e opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia, a ser realizada oportunamente, dentro do prazo legal.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2025.

Élcio Arsenio Mattioli

Presidente do Conselho Fiscal

Valmir Pedro Rossi

Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Julio Cesar Nogueira

Membro do Conselho Fiscal

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53

NIRE 35.300.383.982

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria não estatutário da Hidrovias do Brasil S.A. ("Comitê de Auditoria") no exercício de suas atribuições, examinou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia") referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas da minuta do relatório dos auditores independentes emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes ("Auditores Independentes").

A Administração da Companhia é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, IAS 34 e CPC 21 (R1), respectivamente, e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Administração, estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras.

Os Auditores Independentes são responsáveis pela revisão das demonstrações financeiras e devem concluir se têm ou não conhecimento acerca de algum fato que os leve a acreditar que a posição patrimonial e financeira da Companhia não tenha sido elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê de Auditoria baseiam-se em informações recebidas da Administração e dos Auditores Independentes.

O Comitê de Auditoria, com base nos documentos examinados descritos no primeiro parágrafo e nas informações prestadas pela Administração e pelos Auditores Independentes, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 21 – R1 e IAS 34) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e, dessa forma, recomenda, por unanimidade e sem ressalvas, sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2025.

EDUARDO DE TOLEDO

Membro e Coordenador do Comitê de
Auditoria

JULIO CESAR DE TOLEDO PIZA NETO

Membro do Comitê de Auditoria

ROBERTO LUCIO CERDEIRA FILHO

Membro do Comitê de Auditoria

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53
NIRE 35.300.383.982

**RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA
NÃO ESTATUTÁRIO DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024**

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria não estatutário (“Comitê”) da Hidrovias do Brasil S.A. (“Companhia”) é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, a quem reporta, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração. O Comitê tem como principais responsabilidades supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores interno e independente.

2. HISTÓRICO

No decorrer do ano de 2024 até a presente data, a composição do Comitê teve as seguintes alterações, conforme destacado abaixo:

- (i) Em 09 de maio de 2024, a renúncia do Sr. Antonio Mary Ulrich ao cargo de membro do Comitê, conforme consta em ata de Reunião do Conselho de Administração desse dia;
- (ii) Em 27 de junho de 2024, a renúncia dos Srs. (i) Pedro Jaime Cervatti e Ricardo Ribeiro Sebastião aos cargos de coordenador e membro do Comitê, respectivamente, conforme consta em ata de Reunião do Conselho de Administração desse dia; e
- (iii) Em 27 de junho de 2024, ato contínuo às renúncias mencionadas no item (ii), foi aprovada, na mesma reunião do Conselho de Administração da Companhia, a eleição do Srs: (i) Eduardo de Toledo (Coordenador); (ii) Julio Cezar de Toledo Piza Neto; e (iii) Roberto Lucio Cerdeira Filho; todos com mandato unificado, até 27 de junho de 2026.

2. ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

No decorrer do ano de 2024 até a presente data, o Comitê reuniu-se em 6 (seis) ocasiões com os seguintes objetivos:

- i. Avaliação dos resultados dos trabalhos realizados pela **Auditoria Interna**, de forma trimestral, validando seus planos e orientando sua atuação;
- ii. Apreciar apresentações acerca dos trabalhos relacionados às áreas de **Riscos e Controles Internos** da Companhia;

- iii. Apreciar as principais informações acerca do **Canal de Ética** da Companhia, conforme suas atribuições;
- iv. Apreciar acerca do status dos trabalhos do projeto de **Reestruturação Societária** da Companhia;
- v. Apreciar e recomendar acerca das **operações entre partes relacionadas** da Companhia e/ou de suas sociedades controladas;
- vi. Apreciar e recomendar acerca das **Informações Contábeis Trimestrais** da Companhia realizadas ao longo do exercício social de 2024, acompanhadas dos respectivos relatórios da administração e dos relatórios dos auditores independentes; e
- vii. Apreciar as apresentações acerca da visibilidade do **Plano de Trabalho dos Auditores Independentes** da Companhia; e
- viii. Apreciar e recomendar acerca das **Demonstrações Financeiras** da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes.

4. CONCLUSÃO

O Comitê atuou com a devida governança mediante a realização de reuniões, interações e avaliações independentes, conforme determina o seu Regimento Interno, suportando assim as iniciativas da Companhia no sentido de rever processos e implementar melhorias.

O Comitê, com base nas informações recebidas e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório da Administração e da minuta do relatório (parecer dos auditores independentes) emitido, nesta data, sem ressalvas, pela da Ernst & Young Auditores Independentes, nos termos do art. 27, parágrafo primeiro, da Resolução CVM nº 80/22, conforme alterada, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e, dessa forma, recomendou, por unanimidade e sem ressalvas, sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2025.

Eduardo de Toledo
Membro e Coordenador do Comitê de
Auditoria

Julio Cesar de Toledo Piza Neto
Membro do Comitê de Auditoria

Roberto Lucio Cerdeira Filho
Membro do Comitê de Auditoria

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53

NIRE 35.300.383.982

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Na qualidade de Diretores da Hidrovias do Brasil S.A., declaramos nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com os termos das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

FABIO SCETTINO

Diretor Presidente

ANDRE SALEME HACHEM

Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

CARLOS ARRUTI REY

Diretor sem designação específica



Hidrovias do Brasil